



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2025-2029)

ATA N.º 3/2026

Sessão Ordinária Pública, de 22 de abril de 2026

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:


Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.º Secretário: José Vitorino Rodrigues Pereira

2.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Anaísa Pera Gonçalves (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Martins de Carvalho (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Pacheco Soares (PS);
- David Martins (PS);
- Elsa Maria Cruz Ribeiro (PPD/PSD);
- Emília Domingos Justo (CH);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- José Vitorino Rodrigues Pereira (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);

- 
- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
 - Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
 - Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima (PS);
 - Rui Manuel Rocha Horta (PPD/PSD);
 - Sofia Isabel Costa Gomes (PS);
 - Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
 - Viriato Luís Santana de Jesus (PPD/PSD).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira, João Miguel Viegas de Mendonça;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Arménio Manuel Horta Viegas;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Nuno Leonel Gonçalves Mateus;
- Junta de Freguesia de Conceição de Tavira, Hélder dos Mártires Palma da Conceição;
- Junta de Freguesia de Santo Estevão, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Baptista;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Luis Filipe Faleiro Machado (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);

--- Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelas vinte e uma horas e quatro minutos. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, público que ali estava presente e o que assistia através das redes sociais do município, os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio ao seu funcionamento, os técnicos de informática, som e imagem. -----

--- Relativamente à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, informou que de acordo com a recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), os cidadãos que pretendiam intervir e os colaboradores do município que estavam a apoiar o funcionamento da Assembleia Municipal tinham de dar autorização expressa. -----

--- Referiu que tinham dois (2) pedidos de substituição da Deputada Municipal Natércia Joaquim, substituída por Carlos Filipe Carvalho, e Luís Filipe Machado substituído por Sofia Gomes. -----



--- Pediu ao Primeiro-Secretário **Deputado Municipal José Vitorino Rodrigues Pereira** que procedesse à chamada.-----

Presenças: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Anaísa Pera Gonçalves, Arménio Manuel Horta Viegas, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carlos Filipe Martins de Carvalho, Carlos Filipe Pacheco Soares, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria Cruz Ribeiro, Emília Domingos Justo, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, João Miguel Viegas de Mendonça, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Vitorino Rodrigues Pereira, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Muriel Cristina Dias Neto, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima, Rafael Ribeiro Dias, Rui Manuel Rocha Horta, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira, Sofia Isabel Costa Gomes, Sónia Margarida Correia Tomás e Viriato Luís Santana de Jesus. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Maria Manuela Gonçalves Romão, que procedesse à leitura da correspondência. -----

--- **A Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Romão** informou que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- *«O Deputado Municipal Luis Manuel Duarte de Brito comunicou a renúncia ao cargo de Deputado Municipal 2025-2029;-----*

--- *A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu convite para o ALGARVE 30, que se realizou no dia 10 de março de 2026;-----*

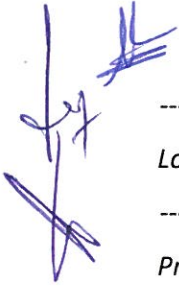
--- *A Associação Akiparasi – Movimento Solidário Cabanas de Tavira remeteu convite para a cerimónia de Tomada de Posse dos órgãos Sociais, que decorreu no dia 04 de março de 2026; -----*

--- *A ANAM remeteu convite para Conferência "Arquitetura do Poder Local", que se realizou no dia 06 de março de 2026;-----*

--- *A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a Procissão do Enterro do Senhor, que se realizou no dia 03 de abril de 2026;-----*

--- *O Município Luis Jesus apresentou sugestões referente ao funcionamento da Assembleia Municipal;-----*

--- *A Associação Ecotopia Activa solicitou a divulgação da abertura do procedimento concursal de dois postos de trabalho para desempenhar funções no Centro de Experimentação Agrária de Tavira;-----*



- A ANAM remeteu convite para a 2.ª Sessão do ciclo de debates sobre a Arquitetura do Poder Local, que se realizou no dia 06 de março de 2026;-----
- O Município de Loulé remeteu Votos de Congratulação - Pela eleição de Adriano Pimpão como Presidente do Conselho Regional do Algarve e Pela reeleição de José Apolinário como Presidente da CCDRALgarve;-----
- O Município de Loulé remeteu Moção sobre o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio e sobre a questão da falta de macas nas urgências da região;-----
- A ANAM remeteu convite para o 1º. Encontro Nacional de Presidentes de Assembleia Municipal e Gabinetes de Apoio, que se realizou nos dias 10 e 11 de abril de 2026;-----
- A SIBS-SGPS, S.A solicitou reunião para apresentação da solução Certvote – Sistema de votação digital;-----
- A ANAM remeteu o Relatório de Atividades e Contas do ano 2025;-----
- A ANAM solicitou a divulgação IPDJ - Dia Nacional do Estudante | Envolvimento municipal na promoção do associativismo estudantil;-----
- A Fundação Irene Rolo remeteu convite para o Festival “Vive a Tua Diferença” 2026, que se realizou nos dias 14 e 19 de abril de 2026;-----
- A Associação dos Amigos do Alentejo de Tavira remeteu convite para o Encontro de Cante Alentejano Feminino, que se realizou no dia 28 de março de 2026;-----
- O Núcleo de Tavira da Liga Combatentes enviou convite para a cerimónia do Dia do Combatente e 108º Aniversário da Batalha de La Lys, que se realizou no dia 06 de abril de 2026;---
- A ANAM remeteu convite para participar na ANAM EM REDE - O Papel do Revisor Oficial de Contas nas Assembleias Municipais, que se realizou no dia 07 de abril de 2026;-----
- A Universidade do Algarve remeteu convite para a Cerimónia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa a José d’Encarnação e a Fernando Santos Pessoa, que se realizou no dia 17 de abril de 2026;-----
- A Assembleia Municipal de Lagos enviou convite para a V Jornadas de Lagos - Seminário - “Habitação em Lagos - Que futuro?”, que se realizou no dia 11 de abril de 2026;-----
- O Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT) enviou questões a colocar em Assembleia Municipal;-----
- Os Deputados Municipais Natércia Joaquim e o Luis Machado solicitaram a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 22 de abril de 2026;-----
- A Associação Kickboxing Fight Tavira remeteu convite para a Gala de Kickboxing DFC, que se realizará no dia 9 de maio de 2026;-----



--- A Associação Akiparasi Movimento Solidário Cabanas de Tavira enviou convite para o 6.º Aniversário da Associação, que se realizará no dia 25 de abril de 2026;-----

--- A Associação dos Amigos do Alentejo de Tavira remeteu convite para jantar comemorativo do 25 Abril a realizar-se no dia 24 abril de 2026;-----

--- O Partido Socialista remeteu dois votos de congratulação ao Clube Recreio e Desporto Santaluziense e aos Sonâmbulos Futsal Luzense Associação e um Voto de Pesar a Ana Maria Ferro;

--- O Partido Socialista remeteu Moção sobre a reabilitação e reabertura da EN2 entre Barranco do Velho e São Brás de Alportel; -----

--- O Partido CHEGA remeteu a Recomendação - Pela transparência administrativa e pela transmissão em direto das reuniões da Câmara Municipal de Tavira.»-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre a forma como decorreriam os trabalhos da sessão. Deu conta de que se iniciariam com a tomada de posse de um novo membro da Assembleia Municipal, na sequência da renúncia ao mandato de Luís Manuel Duarte Brito, do Partido Social Democrata (PSD). Seguidamente, seria efetuada a apreciação e votação da ata referente à reunião de 25 de fevereiro de 2026. No Período Antes da Ordem do Dia, seriam apresentados votos de congratulação, uma moção, um voto de pesar e uma recomendação, passando-se, posteriormente, às intervenções dos deputados municipais sobre assuntos que não integrassem a Ordem do Dia.-----

--- No Período Antes da Ordem do Dia teriam a apresentação dos votos de congratulação, moção, voto de pesar e uma recomendação passando posteriormente à intervenção dos deputados municipais sobre assuntos que não integrassem a Ordem do Dia.-----

--- Após as intervenções, teria lugar a intervenção do público, cuja inscrição poderia ser efetuada até ao final do Período Antes da Ordem do Dia. O Presidente da Assembleia Municipal lembrou os cidadãos que, caso pretendessem inscrever-se, as intervenções não poderiam incidir sobre matérias constantes da Ordem do Dia e que, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º do Regimento daquela Assembleia Municipal, deveriam ser sucintas, não excedendo três (3) minutos. -----

--- Após aquele período, teriam a informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, seguindo-se a Ordem do Dia.-----

--- Procedeu à leitura da ata que representava a segunda adenda à Ata de Tomada de Posse.-----

--- "2ª. Adenda à Ata de Tomada de Posse-----

--- Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em Tavira, José Manuel Madeira Guerreiro, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal informou que na sequência do pedido de renúncia de Luís Manuel Duarte de Brito, nos termos dos artigos 76.º e 79 da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-



A/2002 de 11 de setembro, cabe ao cidadão seguinte na ordem da lista de candidatos à Assembleia Municipal pelo Partido Social Democrata, partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga, para estar presente na Sessão da Assembleia Municipal de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis. -----

--- Foi efetuada convocatória à cidadã Elsa Maria da Cruz Ribeiro, titular do cartão de cidadão número 11995412 5ZY5, válido até nove de agosto de dois mil e vinte e nove. -----

--- Nesta sequência, e uma vez que a cidadã Elsa Maria da Cruz Ribeiro se encontrava presente foi verificada a sua identidade e legitimidade que confirmou o ato de assunção de funções como membro da Assembleia Municipal, para constar, se lavrou a ata que eu, José Manuel Madeira Guerreiro para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada." -----

--- **A Deputada Municipal Elsa Ribeiro** procedeu ao juramento:-----

--- "Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente pela minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas." -----

--- Seguiu-se a Ata número dois (2) referente à sessão ordinária pública de 25 de fevereiro de 2026, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, nos termos do art.º 34, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 4 de 07/01/2025, conforme listagem em anexo ao presente documento, como número um (1). -----

--- Colocou à apresentação e discussão ao Voto de Congratulação à equipa de juniores femininos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense apresentado pelo Partido Socialista (PS), solicitando ao Líder de Bancada, Deputado Municipal David Martins, que informasse quem iria fazer a apresentação.-----

--- O Deputado Municipal Nuno Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, cumprimentou os presentes e o público a assistir em casa, e procedeu à leitura:-----

--- "Voto de Congratulação á equipa de juniores femininos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense.-----

--- O Clube Recreio e Desporto Santaluziense conquistou, no passado dia 8 de março de 2026, em Portimão, a Supertaça do Algarve de Futsal Juniores Femininos, ao vencer a equipa da UD Castromarinense por 6-3, alcançando um feito de elevado mérito que dignifica a Vila de Santa Luzia e o Concelho de Tavira.-----

--- Esta conquista resulta do empenho, da dedicação e do espírito competitivo demonstrados pelas atletas, pela equipa técnica e pelos dirigentes do clube, refletindo um percurso exemplar e um forte compromisso com o desenvolvimento do desporto feminino, bem como o trabalho consistente desenvolvido ao longo da época desportiva. -----



--- O sucesso alcançado evidencia igualmente o crescimento e a afirmação do futsal feminino no concelho, constituindo um importante contributo para a promoção da igualdade de oportunidades no desporto e para o incentivo à participação das jovens atletas em práticas desportivas. -----

--- É, ainda, de destacar o apoio contínuo dos familiares, adeptos e da comunidade santaluziense, cujo entusiasmo e incentivo têm sido determinantes para o sucesso da equipa, reforçando o papel do associativismo desportivo na coesão social e no fortalecimento da identidade local. -----

--- Reconhece-se também o contributo da Câmara Municipal de Tavira, cujo apoio tem sido fundamental para a promoção do desporto e para a criação das condições necessárias ao desenvolvimento das diversas modalidades. -----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 22 de abril de 2026, delibera: -----

--- Congratular a equipa de Juniores Femininos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense pela conquista da Supertaça do Algarve de Futsal; -----

--- Felicitar as atletas, equipa técnica, dirigentes, familiares e adeptos por este notável êxito coletivo; -----

--- Destacar o contributo desta vitória para a valorização do desporto feminino no concelho de Tavira; -----

--- Remeter cópia da presente deliberação à Direção do Clube, à Câmara Municipal de Tavira, à Associação de Futebol do Algarve e aos órgãos de comunicação social, procedendo à sua divulgação nos canais oficiais do Município." -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação à equipa de juniores femininos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Voto de Congratulação encontra-se em anexo à presente ata como documento número dois (2).** -----

--- **Colocou à apresentação e discussão ao Voto de Congratulação ao Sonâmbulos FLA apresentado pelo Partido Socialista (PS), questionando o Líder de Bancada, Deputado Municipal David Martins sobre quem iria fazer a apresentação.** -----

--- **A Deputada Municipal Patrícia Lima cumprimentou todos e procedeu à leitura do Voto:** -----

--- *«Os Sonâmbulos marcaram de forma histórica o futsal algarvio ao conquistarem a sua 5.ª Taça do Algarve, tornando-se o primeiro clube da Associação de Futebol do Algarve a alcançar este feito.* -----

--- *Com este resultado, o clube alcança a denominada "Penta Taça", reunindo os títulos das épocas 2002/2003, 2010/2011, 2015/2016, 2018/2019 e 2025/2026, simbolizando mais de duas*



décadas de excelência desportiva e o contributo de várias gerações de atletas, equipas técnicas e dirigentes.-----

--- Esta conquista representa um marco de elevado relevo desportivo, refletindo o trabalho consistente desenvolvido pelo clube e projetando o nome de Luz de Tavira e do concelho de Tavira no panorama do futsal regional, nacional e associativo. -----

--- O percurso dos Sonâmbulos é exemplo de dedicação, continuidade e espírito coletivo, traduzindo valores que enobrecem o desporto e constituem motivo de orgulho para o concelho. O sucesso alcançado reflete igualmente o empenho de atletas, treinadores, dirigentes, associados e da comunidade, bem como o contributo da Câmara Municipal de Tavira no apoio ao desenvolvimento da prática desportiva. -----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária no dia 22 de abril de 2026, delibera:-----

--- 1. Aprovar um Voto de Congratulação aos Sonâmbulos pela conquista da 5.ª Taça do Algarve, felicitando o clube, os atletas, a equipa técnica, os dirigentes e todos quantos contribuíram para este feito histórico;-----

--- 2. Dar conhecimento da presente deliberação à Direção do Clube Sonâmbulos FLA, à Câmara Municipal de Tavira, à Associação de Futebol do Algarve e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação nos canais institucionais do Município. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou os presentes e os que estavam a assistir via Redes Sociais.-----

--- Disse que a Bancada do PSD queria também congratular os Sonâmbulos, tal como o Santaluziense, e todo o desporto que era desenvolvido.-----

--- Referiu ainda a intenção de salientar o mérito de um aluno da Escola EB 2/3 D. Manuel I que, no âmbito do desporto escolar, participou nos dias 20 e 21 de março, em Elvas, tendo conquistado o 20.º Mega Sprint. Tratava-se do aluno Leonardo Guerreiro, do 7.º D, que se sagrou Campeão Nacional de Estafetas Mistas. Sublinhou, assim, a importância do desporto escolar, não apenas do desporto associativo desenvolvido em clubes, mas também do desporto praticado em contexto escolar.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação ao Sonâmbulos FLA, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Voto de Congratulação encontra-se em anexo à presente ata como documento número três (3).**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou à Moção Sobre a Reabilitação e Reabertura da**



EN2 entre Barranco do Velho e São Brás De Alportel, apresentada pelo PS. Questionou o Líder de Bancada sobre quem iria proceder à apresentação.-----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira cumprimentou os presentes e quem estava a assistir. ---

--- Disse que tinha sido com profunda preocupação que tinham tomado conhecimento do prolongado encerramento da Estrada Nacional 2 (EN2), precisamente no troço entre o Barranco do Velho e São Brás de Alportel o que afetava as populações da Freguesia de Cachopo e Concelho de Tavira, significando o seu isolamento e dificuldades diárias. -----

--- Prosseguiu referindo que não era por acaso que, recentemente, havia sido apresentada uma Petição Pública intitulada “Pelo Direito à Mobilidade: Reabilitação e Reabertura Urgente da N2 (Barranco do Velho - São Brás de Alportel)”, promovida por cidadãos, muitos dos quais residentes em Cachopo e no interior do concelho de Tavira, a qual alertava para as graves consequências das referidas interrupções. -----

--- A EN2 constituía uma via essencial para a mobilidade diária das populações residentes no interior da serra algarvia, assegurando o acesso a serviços básicos, a resposta em situações de emergência e a ligação das comunidades de Cachopo ao restante território. Salientou que o encerramento daquele troço, que já se prolongava há cerca de um ano, representava um grave fator de isolamento das populações, com impactos diretos no acesso a cuidados de saúde, na eficácia dos meios de socorro e, igualmente, no combate a incêndios florestais. Acrescentou que não se podia ignorar o facto de se encontrarem já próximos do mês de maio e que, infelizmente, de acordo com declarações do Ministro da Administração Interna, o ano em curso perspetivava-se como particularmente difícil no que respeita aos incêndios florestais. -----

--- Aquela situação também tinha impactos na dinâmica económica local, na qualidade de vida de quem ali vivia e trabalhava, comprometendo de igual forma a atividade económica e turística, nomeadamente na Serra do Caldeirão. -----

--- Referiu que, daquela forma, se agravavam cada vez mais as assimetrias regionais. Assim, naquele contexto, consideravam que era imprescindível que a entidade competente, Infraestruturas de Portugal, S.A., mas também o Governo, assegurassem uma intervenção célere que permitisse a reabertura daquele importante eixo rodoviário.-----

--- *“Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 22 de abril de 2026, delibera:*-----

--- 1. *Expressar a sua profunda preocupação com a situação do troço da EN2 entre Barranco do Velho e São Brás de Alportel;*-----

--- 2. *Manifestar o seu apoio às populações de Cachopo e do interior do concelho de Tavira;*-----

--- 3. *Reforçar o apelo à rápida reabilitação e reabertura do referido troço;*-----

--- 4. *Dar conhecimento desta posição ao Governo, ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, à Infraestruturas de Portugal, aos Deputados eleitos pelo círculo do Algarve e aos Municípios da região.*-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** cumprimentou os presentes e também o público que os seguia via Redes Sociais.-----

--- Disse que, em primeiro lugar eram, obviamente, a favor da reabilitação e reabertura da EN2 entre o Barranco do Velho e São Brás de Alportel. O que não queriam era *“tapar o sol com a peneira”* e fingir que não se estava a fazer nada, que era o que se entendia pelo que estava escrito mais no final da Moção.-----

--- Referiu desconhecer se a Deputada Municipal já teria verificado a situação, informando, contudo, que o anúncio do procedimento havia sido publicado em 26 de janeiro, tendo o prazo para receção de propostas encerrado a 18 de fevereiro. Mais acrescentou que as propostas se encontravam em fase de análise e que, concluídos os respetivos prazos legais, seria dado início à obra, para a qual se encontrava prevista uma cabimentação no montante de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00), conforme informação amplamente divulgada em Diário da República..-----

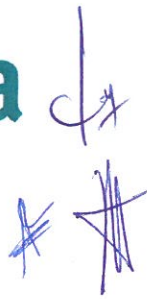
--- Reiterou que eram completamente a favor da Moção, mas não tinha era que fingir que o processo não estava a acontecer, porque estava.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, fazendo seus os cumprimentos já dirigidos pela sua bancada, afirmou que lhe aprazia dizer: *“Bem-vindos à luta”*, uma vez que, ao fim de dois (2) anos, surgiu uma moção sobre aquele assunto. Referiu que a EN2 se encontrava encerrada há dois (2) anos, salientando, contudo, que a sua preocupação não se cingia apenas a essa via, mas abrangia igualmente a EN124, a EN270, a ligação entre Santa Catarina e o Carvalhal, bem como todas as estradas da serra. Considerou a situação inconcebível e inqualificável, manifestando-se claramente favorável a qualquer moção com aquele teor.-----

--- Reiterou que era inqualificável esperar dois (2) anos para que tivessem a resolução de um problema que afetava diretamente a mobilidade no interior, no entanto o parecer da autoridade rodoviária já tinha dois (2) anos.-----

--- Aquele mesmo local tinha sido alvo de intervenção há cerca de vinte (20) anos, onde sucessivamente acontecia o mesmo, e continuavam a fazer de conta que a mobilidade não era importante.-----

--- Considerou que era necessário refletir seriamente sobre a matéria, defendendo a realização de uma reunião com vista à elaboração de um plano de mobilidade para o interior algarvio. Agradeceu o facto de o assunto ter sido lembrado, salientando a sua importância, mas sublinhou



que uma moção isolada não era suficiente, classificando como inqualificável o tempo de espera pelo início das obras. Referiu que, enquanto uns invocavam a legislação e outros a morosidade dos procedimentos concursais, a realidade era que aquele troço enfrentava graves problemas de mobilidade há cerca de dois (2) anos, situação para a qual vinha alertando. Acrescentou que, no momento, lhe parecia que a situação estaria em vias de resolução, existindo o compromisso de que a intervenção se iniciaria no mês de junho. Tendo em conta que as populações da serra já estavam habituadas a longos períodos de espera, referiu que aguardariam até essa data, esperando que a obra se concretizasse e que, até ao final do ano, o troço pudesse estar reaberto.-

--- Terminou reiterando que a interdição daquele troço já se verificava há demasiado tempo e que a serra não tinha soluções para as pessoas se moverem, para as deslocações como por exemplo, atendimentos de saúde atempados.-----

--- Reiterou o agradecimento pelo PS se juntar à luta.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** dirigindo-se ao Deputado Municipal Rafael Dias, disse que era bom que ele se associasse à Moção, o que era natural, pois como Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, seria incompreensível que não se associasse a uma iniciativa daquela natureza. Registou que havia referido que a situação se arrastava há dois (2) anos, período durante o qual o Partido Social Democrata (PSD) exercia funções de Governo. Acrescentou que não se tratava de um Governo do Partido Socialista (PS), ressaltando, contudo, que, mesmo que assim fosse, a sua bancada, de igual modo, apresentaria uma moção com vista a alertar para um conjunto de questões fundamentais relacionadas com a interioridade e com o problema da desertificação da serra algarvia.-----

--- Referiu que o Deputado Municipal Rafael Dias havia classificado a iniciativa como uma moção avulsa, entendimento com o qual não concordava inteiramente. Recordou que, se não se tratou da última, teria sido, pelo menos, a penúltima moção apresentada naquela Assembleia, a qual incidia sobre o desassoreamento da Barra de Tavira e dos canais de navegação. Acrescentou que, na ocasião, a bancada do Partido Social Democrata (PSD) informou de imediato que os procedimentos concursais se encontravam preparados, não sendo, no entanto, visível qualquer evolução até à presente data. Salientou que os pescadores constatavam que a situação se encontrava cada vez mais degradada. Sublinhou ainda que não se poderia justificar o atraso com o visto do Tribunal de Contas, uma vez que estavam em causa as condições de segurança e de subsistência de todos os que utilizam diariamente aqueles canais. Considerou, por isso, que não se deveria desvalorizar a situação nem ignorar os riscos para a vida humana, nem procurar “tapar o sol com a peneira”.-----



--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Artur Gomes, referiu que compreendia a sua preocupação em explicar que o concurso já havia sido lançado. Contudo, afirmou que tanto a bancada do Partido Social Democrata (PSD) como o Governo vinham habituando os cidadãos a sucessivos anúncios feitos com grande destaque, sem que, posteriormente, se observassem resultados concretos. Acrescentou que era frequentemente afirmado que o país se encontrava melhor e que as pessoas viviam melhor; porém, segundo uma recente sondagem realizada no âmbito de um estudo, sete (7) em cada dez (10) portugueses consideravam que a sua situação havia piorado. Sublinhou que não se tratava de uma opinião pessoal, mas antes de uma posição baseada em dados objetivos, referindo que as suas intervenções e críticas assentavam em factos concretos. ---

--- Disse que, na verdade, o Deputado Municipal Artur Gomes, se tinha esquecido de que quando eram oposição, afirmavam que a resolução dos problemas da Saúde seria efetuada em noventa (90) dias, que deixaria de haver listas de espera e haveria médicos de família para todos. Assim, questionava a situação atual, salientando que os dados disponíveis demonstravam precisamente o contrário do que vinha sendo afirmado. Considerou que, dessa forma, tinham faltado à verdade. Acrescentou que, estando na oposição, era possível assumir diversas posições, mas sublinhou a importância de se agir com seriedade e honestidade intelectual, uma vez que, em momento posterior, se poderá assumir responsabilidades governativas. -----

--- A cobertura de médicos de família tinha decrescido para setenta e nove por cento (79 %), quando em 2019 era de noventa e um por cento (91 %). O PSD tinha aumentado o número de saídas de médicos do Serviços Nacional de Saúde (SNS) para o setor privado e quanto às urgências hospitalares, nem era preciso falar porque todos tinham conhecimento. -----

--- Referiu que os serviços se encontravam cada vez mais limitados, verificando-se também diversos encerramentos. Relatou que, cerca de cinco (5) dias antes, um cidadão da Luz de Tavira havia aguardado cerca de cinquenta (50) minutos pela chegada do INEM, tendo sido posteriormente transportado para o Hospital de Faro, onde foi considerado necessário o seu encaminhamento para Lisboa. Acrescentou que, segundo a informação de que dispunha, chegou a ser acionado um helicóptero, mas o transporte acabou por ser efetuado por ambulância para o Hospital de São José, o qual, por sua vez, o encaminhou para o Hospital de Santa Maria. Referiu, ainda, que, neste último hospital, foi informado de que não existiam condições para proceder à recolocação do dedo. -----

--- Pedia que não se rissem porque era a saúde das pessoas que estava em causa sendo que deviam de respeitá-las e tentar, de alguma forma, perceber quando as coisas não corriam bem, pois o que tinha acontecido, tinha sido que do Hospital de Santa Maria tinham mandado o

cidadão novamente para Faro que não tinham podido recolar o dedo tendo que o suturar ao final de vinte quatro (24), vinte e cinco (25) horas.-----

--- O que havia relatado demonstrava a situação em que estava o SNS, sendo que, quando eram oposição diziam que era de fácil solução.-----

--- O Deputado Municipal Artur Gomes não gostava de ouvir a realidade, dizendo apenas que estava tudo muito bem, que estava melhor. Ela não o dizia até porque sete (7) em cada dez (10) pessoas consideravam que estavam piores que há dois (2) anos.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que a Moção que estavam a apreciar era sobre um troço de estrada que todos concordavam e que já tinha dado para outras questões de que podiam falar sem qualquer problema. -----

--- Queria deixar um abraço de solidariedade e compreensão para com o André, que tinha sido seu colega de escola, e que conhecia bastante bem. Considerava que situações como aquela não deviam de acontecer, como nenhuma outra, contudo, infelizmente aconteciam, como também aconteciam no passado, sendo que nessa altura a Deputada Municipal Jovita Ladeira não o dizia com a veemência como tinha acabado de dizer.-----

--- Relativamente aos números apresentados, referiu que também poderia elencar diversos indicadores, observando que a Senhora Deputada Municipal demonstrava particular atenção a sondagens, mas menor interação com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE). Nesse sentido, esclareceu que o serviço SNS24 apresentava um tempo de resposta inferior a um minuto. No que respeita às urgências, indicou que o tempo médio de espera tinha diminuído de sessenta (60) para quarenta e nove (49) minutos. Acrescentou que, no ano de 2025, haviam sido realizadas setecentas e catorze mil (714.000) cirurgias, verificando-se ainda um aumento de cento e noventa e seis (196) utentes com médico de família, comparativamente com os dados de há dois (2) anos. Referiu igualmente que tinham sido efetuadas mais de cem mil (100.000) consultas de psicologia com apoio do Serviço Nacional de Saúde, tendo ainda sido integrados mais cinco mil, trezentos e noventa e oito (5.398) médicos e enfermeiros no sistema. Por fim, indicou que, em 2025, foram realizadas catorze milhões e trezentas mil (14.300.000) consultas hospitalares, bem como setenta e oito mil seiscentas e trinta e cinco (78.635) cirurgias oncológicas.-----

--- Desconhecia onde é que a Deputada Municipal tinha visto os números. Compreendia e solidarizava-se com todos os casos e se pretendessem que relatasse dados de outras áreas, também o podia fazer, no entanto relativamente à Moção que estavam a discutir a única nota que tinham dado era que já existia concurso estando a ser analisadas as propostas, porém a Deputada Municipal Jovita Ladeira estava a falar da governação. -----

--- Concluiu dizendo que naquela Assembleia Municipal a Presidente da Câmara Municipal respondia várias vezes que os concursos tinham ficado desertos, que não cumpriam o Caderno de Encargos, ou outros.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** questionou se ainda estavam a discutir a Moção referente à EN2 e o interior da serra algarvia, pois já tinham passado para a Barra de Tavira e para o SNS.----

--- Dirigindo-se à Deputada Municipal Jovita Ladeira, referiu que, relativamente à moção, não lhe interessava se a mesma havia sido apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD) ou pelo Partido Socialista (PS), salientando que a sua principal preocupação era a resolução do problema, bem como de outras situações, nomeadamente a da EN1202. Defendeu a necessidade de uma abordagem ao nível do concelho, com vista à resolução definitiva de questões estruturais, como a ligação entre Castelão e Parises, a qual, segundo referiu, há cerca de cinquenta (50) anos carecia de intervenção, de forma a garantir melhores condições de mobilidade..-----

--- Quanto ao assoreamento e às outras questões levantadas pela Deputada Municipal Jovita Ladeira, não iria entrar naqueles temas pois não era o que estavam a debater.-----

--- Manifestou considerar todos bem-vindos à discussão sobre a mobilidade no interior, salientando, contudo, que o debate não deveria incidir exclusivamente sobre a EN2, mas sim abranger um plano de mobilidade mais amplo para o Algarve. Referiu que não estava em causa apenas o interior, sublinhando que todos os eleitos haviam sido mandatados para trabalhar em prol do território no seu conjunto, devendo atuar de forma responsável e concertada, independentemente das respetivas posições partidárias.-----

--- Reiterava que se deviam de unir para de uma forma definitiva resolverem o problema da mobilidade, não apenas do interior, mas principalmente do interior, pois era necessário terem melhores estradas e vias de comunicação de forma a resolver os problemas. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** cumprimentou todos os presentes e os que estavam a assistir em casa e disse que pretendia fazer duas observações porque lhe parecia que estavam a viver um momento épico de memória seletiva.-----

--- Referiu pretender citar o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, quando este agradecia o facto de se terem juntado à luta, questionando, nesse âmbito, qual teria sido a última moção por si apresentada sobre aquela matéria, salientando não se recordar de qualquer intervenção nesse sentido, nem no mandato atual, nem no anterior. Assim, considerou que seria, na verdade, o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo quem deveria reconhecer e agradecer a iniciativa e a atitude assumida, ao juntarem-se à causa e ao contribuírem para dar visibilidade a um problema que, embora afete diretamente a freguesia de Cachopo, se estende a todo o interior, impactando igualmente os municípios de Tavira e de São Brás de Alportel..-----



--- Quem estava no Governo, há dois (2) anos, não era o PS mas, efetivamente, o PSD a quem recomendava coragem pois, certamente que não tinha sido um autarca que ali estava sentado que tinha promovido e dinamizado a petição no Facebook.-----

--- O que sabia era que, relativamente às acessibilidades e cruzava-se diariamente com um excelente amigo, Silveira Jesus, que trazia uma carrinha com crianças fazendo o seu transporte da serra para a escola, existia o Centro de Maios Aéreos de Cachopo, Proteção Civil, estradas, investimentos, diferenciação social, benefícios sociais para o interior, e tudo realizado pelo Município de Tavira.-----

--- Questionou se todos estariam devidamente atualizados relativamente às ações desenvolvidas, referindo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo era bastante ativo nas redes sociais, as quais acompanhava e verificava com regularidade. Salientou, contudo, que o mesmo não detinha a exclusividade do discurso nem a personificação da defesa da interioridade, entendendo que tal constituía uma responsabilidade coletiva. Acrescentou que, sendo oriundo de uma pequena aldeia, partilhava dessa realidade, defendendo a necessidade de garantir igualdade de oportunidades para todos, nomeadamente ao nível das acessibilidades, da saúde e de outros serviços essenciais. -----

--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Artur Gomes, começou por felicitá-lo pela sua eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata (PSD) de Tavira. Prosseguiu referindo que, na sua opinião, o mesmo demonstrava algum afastamento da realidade, uma vez que havia apresentado um conjunto de dados estatísticos, quando, simultaneamente, eram do conhecimento público diversas situações de constrangimento no funcionamento dos serviços de urgência. Acrescentou que, quem acompanhava a situação no terreno, poderia considerar que existia algum desfasamento entre os dados apresentados e a realidade vivida pelas populações. A título de exemplo, mencionou situações amplamente divulgadas, como partos ocorridos em autoestradas sem a devida assistência médica, bem como casos recentes de sinistrados que, não obstante a proximidade a determinadas unidades hospitalares, acabavam por ser encaminhados para hospitais mais distantes, referindo, concretamente, um acidente ocorrido nesse mesmo dia entre Tavira e Olhão, cujo sinistrado foi transportado para o Hospital de Portimão, em vez de para o Hospital de Faro.-----

--- Continuou dizendo que tinha ficado estupefacto. Tinha muita consideração pelo Deputado Municipal Artur Gomes enquanto representante daquela Assembleia Municipal, enquanto Líder político local, pelo que pedia que fizesse chegar aquela discussão aos locais próprios pois estavam com dificuldades, com problemas. -----

--- Dirigindo-se à Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que era importante discutirem aqueles temas, clarificar, pois aquela era a casa da Democracia.-----

--- Acrescentou que efetivamente, a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha toda a razão, pois estavam a começar a ficar saturados de tantos anúncios tendo sido feitas falsas promessas pelo Primeiro-Ministro, em Campanha Eleitoral, que provavelmente se arrependia de ter dito que todos os cidadãos iam ter um médico de família porque, efetivamente não o devia ter dito. Era fácil prometer tudo quando se estava na oposição, contudo era precisamente aquela a razão que descredibilizada a política, o que não considerava correto.-----

--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Artur Gomes pediu que, com o seu empenho, a dedicação que sabia que tinha, os ajudasse a fazer chegar as preocupações da maravilhosa região onde viviam, da cidade lindíssima que era Tavira. Juntavam-se ao Deputado Municipal Rafael Dias porque todos tinham as preocupações dele. -----

--- Terminou dizendo que o PS tinha muitas preocupações e sempre as tinha manifestado através do Executivo Municipal, apoiando, desenvolvendo, investindo e assim, certamente que teriam uma comunidade melhor, com mais qualidade de vida, uma Tavira a crescer que era o que pretendiam. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que pensava que estavam a discutir ainda o assunto da EN2, mas como pretendiam nacionalizar a conversação, sobre promessas goradas, da mesma forma como o faziam anteriormente, continuava a executar o seu trabalho. Como sabiam, não era muito pródigo em *posts* do *Facebook*, pensando até ser amplamente conhecido que não gostava de fazer política por ali, pretendendo os locais próprios, considerando que metade daquela discussão estava a ser debatida fora do local próprio. -----

--- Continuou dizendo que o que estava ali a acontecer era que estavam a discutir algo para além do tema em apreciação, no entanto, quanto a promessas goradas, podiam questionar onde estavam as dezasseis mil (16.000) camas para o ensino superior que António Costa tinha prometido e tinha estado oito (8) anos no Governo. Havia duzentas (200) camas em dezasseis mil (16.000).-----

--- Podiam continuar a enumerar, sendo que pensava ser totalmente incompreensível o que ali se estava a passar, o que eram provavelmente vivências de outros tempos. O que referia era que voltassem ao essencial, que era a EN2, o interior, sendo o que interessava em vez de estarem a discutir questões que nenhum deles iria resolver. -----

--- Afirmou que, provavelmente, se associava em noventa por cento (90%) ao que estava mal e devia de estar bem, sendo que ali estaria para apoiar medidas que pudessem promover a melhoria das condições, como já o tinha feito anteriormente, e continuaria, nunca tendo andado



a ziguezaguear como sabiam muito bem. Portanto, esperava que continuassem a falar da Moção, da EN2, sendo que, como tinham referido para a sua Bancadas era, obviamente, para aprovação, em vez de ali estarem a trocar galhardetes sobre a governação que, se se recordassem do mandato anterior, quase todo realizado durante o Governo de António Costa, nunca tinham ouvido do PSD, intervenções ou moções focadas naquele sentido pois não estavam a fazer política nacional que era feita nos seus locais próprios.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que o Deputado Municipal Artur Gomes parecia estar alheado da realidade na área da saúde pois tinha ali mencionado um conjunto de números que não tinham eco na realidade que se vivia nos hospitais, nos centros de saúde e quem por lá circulava, como era o caso da Deputada Municipal Emília Justo que sendo daquela área, certamente era bem conhecedora do assunto. Assim se o entendesse, desafiava-a a dar alguma informação sobre o tema. -----

--- Passando à EN2 como o Deputado Municipal sabia, o Ministro da Infraestruturas numa visita que tinha realizado ao Algarve em outubro do ano 2025, nomeadamente àquela zona, tinha afirmado que a obra estaria concluída no primeiro semestre do corrente ano, até junho. Estavam quase no mês de maio, a 22 de abril e ainda não existia uma pedra, cimento, alcatrão ou a existência de qualquer atividade sendo que, a Moção que tinham apresentado, tinha um objetivo claro que era o de tentarem acelerar o processo e, quando existiam compromissos, não se podia prometer o que não se conseguia fazer. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia e a Vereação. Cumprimentou de uma forma muito especial o público ali presente e em casa, e os serviços que os apoiavam. -----

--- Referindo-se ao assunto da EN2, disse que a primeira publicação da Freguesia de Cachopo sobre aquela temática datava de 3 de junho de 2025, que passava a ler: *“A Estrada Nacional 2 entre a Fonte Férrea de São Brás e Barranco do Velho estará encerrada para obras durante as próximas semanas”* informando qual era o caminho a usar. Aquela publicação era de há um ano. No entanto, a sua intervenção não era propriamente sobre a publicação, mas porque gostava de repor a verdade e tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo referido que o arranjo da estrada seria uma competência da Câmara Municipal, não o era, mas das Infraestruturas de Portugal, S.A. -----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo tinha misturado com a Estrada Municipal 397, que recordava, tinha sido alvo de várias intervenções durante os vários executivos do PS, desde o

primeiro mandato até ao início do mandato 2021 a 2025, onde tinham sido investidos oitocentos mil euros (€ 800.000,00). Era algo que não deviam de esquecer. -----

--- Quando o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo tinha dito, e bem, que tinham que defender o interior, ela aproveitava para lançar um repto. A família política do Presidente de Junta, presentemente, era Governo, pelo que tinha todas as condições. Podiam, tão simplesmente fazer uma alteração à Reserva Ecológica Nacional (REN) para permitir que as vias de comunicações pudessem ser pavimentadas. -----

--- A Câmara Municipal tinha resolvido vários problemas, como os casos do Carvalhal, Azinhosa ou Graíno e também existiam alguns troços na Conceição de Tavira, porque não investiam apenas em vias de comunicação no interior. O concelho tinha cerca de seiscentos (600) quilómetros quadrados pelo que não podiam apenas investir em Cachopo.-----

--- Como tinha referido já tinham investido em Cachopo, estando presentemente a investir cerca de um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00) na Conceição de Tavira. Na Luz de Tavira e Santo Estevão, cerca de um milhão e trezentos mil euros (€ 1.300.000,00).-----

--- Considerava que tinham de terminar com a demagogia porque como era evidente a Câmara Municipal preocupava-se com o interior.-----

--- Dirigindo-se a toda a Bancada do PSD que tinha referido que a contratação pública era má, que o Governo não conseguia resolver, mas quando tinham estado com a Muralha derrubada, com uma estrada para arranjar, o que diziam naquela Assembleia Municipal era que a Presidente da Câmara Municipal não fazia e, quando tentava explicar que um concurso público desde o seu início até à adjudicação tardava praticamente dois (2) anos, diziam que era demagogia, que não fazia porque não queria.-----

--- Referiu que a estrada se encontrava encerrada há cerca de um (1) ano, recordando que o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação havia anunciado que a obra teria início. Contudo, manifestou reservas quanto à concretização desse anúncio, referindo que, se a situação evoluísse de forma semelhante ao processo de desassoreamento e às dragagens anteriormente previstas para início em outubro, cujo arranque acabou por ser sucessivamente adiado, alegadamente devido à tramitação no Tribunal de Contas, persistiriam dúvidas quanto ao efetivo início da intervenção.-----

--- Colocou a questão de se apurar quem estaria, efetivamente, a faltar à verdade, considerando que a contratação pública constitui um problema estrutural em Portugal. Defendeu a necessidade de se evitar discursos demagógicos e generalizações infundadas, nomeadamente a ideia de que todos os intervenientes seriam corruptos. Salientou, por isso, a importância de agilizar os mecanismos de contratação pública, especialmente quando está em causa o interesse público,



defendendo que os procedimentos concursais deveriam ser mais céleres, mantendo a transparência, mas assegurando maior eficiência e urgência. Acrescentou ainda que tal implicaria simplificar processos, reduzindo a necessidade de sucessivas revisões de projetos e a excessiva complexidade das especificações técnicas..-----

--- Concluiu dizendo que estavam a investir um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00) para a recuperação de dois (2) taludes localizados em Cachopo. Como não tinham verba para tudo, tinham que ir faseando. Considerava que deviam de ser honestos, deixarem a demagogia e trabalharem para Tavira.-----

--- **A Deputada Municipal Emília Justo** cumprimentou todos e disse que aceitava o desafio da Deputada Municipal Jovita Ladeira pois, como sabiam, ela era da área da saúde e podia afirmar que não estava melhor nos últimos dois (2) anos, muito pelo contrário, tinha vindo visivelmente a piorar pelo que não sabia onde tinham ido buscar os dados. Pensava que, por vezes, os dados estatísticos até podiam estar algo enfiados e não mostrarem a realidade existente. -----

--- Referiu desconhecer se todos teriam conhecimento de que, numa região como o Algarve, onde o turismo constitui o principal motor económico, durante os quatro (4) dias da Páscoa e respetivos feriados se verificou um aumento significativo de visitantes. Salientou, no entanto, que a prioridade deveria ser sempre a população residente no Algarve, a qual tem pleno direito a aceder a cuidados de saúde adequados à sua situação clínica, nomeadamente em contexto de urgência e emergência. Acrescentou que, apesar dessa necessidade, tal não se tem verificado nos últimos dois (2) anos, período durante o qual o acesso a estes serviços se tem vindo, efetivamente, a agravar.. -----

--- A linha SNS24, por vezes, prestava informações erradas. Não era tanto por uma questão de tempo mas, por exemplo, informavam erradamente uma grávida que estava em trabalho de parto indicando para se dirigir a uma urgência, a um bloco de partos de um determinado hospital que se verificava estar fechado tendo que se dirigir para outro, no lado oposto, o que levava a que o bebé acabasse por nascer na rua ou na ambulância onde passavam a nascer mais bebés do que na rua ou em casa.-----

--- Considerava que era hipocrisia estarem a dizer aquilo em pleno século XXI porque lhe parecia que a qualidade dos serviços de saúde se tinha vindo a deteriorar, considerando triste porque havia uma degradação completa.-----

--- Já que estavam a falar da falta de qualidade do Serviços Nacional de Saúde (SNS) que estava moribundo, eram os profissionais de saúde que ainda o sustentavam, pois como costumavam dizer "*está ligado às máquinas*", "*está nos cuidados intensivos*" e, muito provavelmente, iria falecer ou estava a caminhar rapidamente para que tal acontecesse, pelo que considerava que

estava na altura dos autarcas se unirem, independentemente da sua tendência política, e fazerem algo pela saúde, especialmente ao nível de emergência nos blocos de partos de urgência, nos serviços de urgência dos hospitais de Faro e Portimão, nos serviços de pediatria, nos serviços de urgência da ortopedia e cirurgia, até porque quando acontecia um acidente, como acontecia nos últimos tempos, não existia um helicóptero para salvamento imediato.-----

--- Continuou dizendo que muitas vezes os profissionais de saúde faziam o que lhes era possível com os poucos meios existentes para conseguirem transportar os doentes para os serviços de urgência, mas se não tivessem um cirurgião, um ortopedista, um neurocirurgião, um pediatra, um médico ou um enfermeiro capaz de realizar um parto complicado, ninguém salvava o bebé, a criança, ou quem necessitasse de cuidados de emergência.-----

--- Considerou que era o momento de todos os autarcas do Algarve se unirem em torno da defesa da saúde dos algarvios, sublinhando o direito das populações a cuidados de saúde adequados, o qual, no seu entendimento, não estava a ser plenamente assegurado. Referiu não ser admissível que uma região como o Algarve enfrentasse carências ao nível da pediatria, obrigando à transferência de crianças para Lisboa, quer por via aérea, quer por ambulância, o que, no seu entender, acarreta riscos acrescidos. Salientou que os meios disponíveis são limitados, designadamente as ambulâncias, e que o helicóptero pode não estar acessível, seja por se encontrar empenhado noutro serviço, por condições meteorológicas adversas ou, até, por limitações decorrentes da condição clínica dos próprios doentes..-----

--- Existiam várias questões relativas às quais deviam lutar pela qualidade da saúde, pelo bem-estar dos algarvios que se encontrava cada vez pior.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que ia voltar ao tema da estrada EN2, que por vezes parecia não ser relevante mas para quem vivia na serra era muito relevante.-----

--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal David Martins, referiu que, caso algum dia viesse a revelar um sentimento de pertença de natureza diferente, tal significaria que a sua mensagem não teria sido devidamente compreendida ou que algo não estaria correto. Sublinhou que aquilo que efetivamente o caracteriza é a convicção com que defende a serra e os habitantes da sua terra.. --

--- Retomando o tema da EM397, referiu que a menção a essa via não visou questionar a inexistência de investimento por parte do Município, antes pelo contrário. Sublinhou que, conforme havia sido anteriormente referido, se encontravam previstas intervenções destinadas à resolução dos problemas associados aos taludes naquela estrada, reconhecendo, assim, o esforço municipal desenvolvido nesse âmbito.-----

--- Tinha referido aquela estrada, como a EM124, para que percebessem qual era a dimensão da escassez de mobilidade da serra, porque se perdessem qualquer uma delas, estavam a perder



cerca de trinta e três por cento (33 %) de mobilidade da serra. Desconhecia se no Algarve tinham aquela noção porque era necessário que todos os algarvios que tinham várias vias de comunicação, com meios, tivessem a noção que na serra, ao perderem uma das suas vias, perdiam trinta e três por cento (33 %) da sua mobilidade total sendo que a alternativa significava mais quarenta e cinco (45), sessenta (60) minutos. Estavam a falar de distâncias mínimas de quarenta (40) quilómetros.-----

--- Face ao referido, o que pretendia era que ali se debatesse em definitivo a questão da mobilidade e o aumento de vias de comunicação para a serra, e não que estivessem a trocar galhardetes sobre a Barra ou se a Saúde tinha piorado. Certamente que eram questões importantes para debaterem em outras moções mas, naquele momento, o que pretendia era que todos se reunissem em volta de um problema sério que existia no interior algarvio, especialmente no Sotavento e Baixo Alentejo.-----

--- Concluiu dizendo que tinham um sério problema de mobilidade cujo sistema atual não lhes permitia ter soluções as questões conforme abordado na Moção, sendo aquele o sentido pelo qual tinha enumerado as outras estradas. Reiterou o apelo para que pensassem num plano de mobilidade para o interior e sotavento algarvio.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção Sobre a Reabilitação e Reabertura da EN2 entre Barranco do Velho e São Brás De Alportel, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **A Moção encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro (4).**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Maria Ferro, apresentado pelo PS.**-----

--- **A Deputada Municipal Sofia Gomes procedeu à leitura do Voto de Pesar:**-----

--- *«Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Maria Ferro.*-----

--- *O concelho de Tavira perdeu uma das suas relevantes figuras do movimento associativo e do mutualismo, com o falecimento de Ana Maria Ferro, antiga Presidente do Monte-pio Artístico Tavirense.*-----

--- *Dirigente dedicada e profundamente comprometida com os valores da solidariedade, da entreatajuda e do associativismo, Ana Maria Ferro marcou de forma indelével a história recente desta instituição secular, fundada em 1857. Assumiu a presidência em 2006, num período particularmente exigente, tendo liderado um processo de recuperação, modernização e dinamização que devolveu vitalidade e relevância ao Monte-pio Artístico Tavirense.*-----

--- *Sob a sua orientação, foram concretizadas profundas melhorias nas infraestruturas e alargadas as respostas sociais e de saúde, nomeadamente através da valorização da farmácia, da*

criação de gabinetes de apoio médico e do desenvolvimento de projetos inovadores, como o “Espaço Mútuo”, vocacionado para o apoio à população sénior, promovendo o envelhecimento ativo, a proximidade e o combate ao isolamento.-----

--- O seu trabalho permitiu afirmar o Monte-pio Artístico Tavirense como uma referência regional no setor mutualista, distinguindo-se pela qualidade dos serviços prestados à comunidade. Pelo seu mérito e dedicação exemplar, foi distinguida com o Prémio Mutualismo e Solidaridade 2013, atribuído pela União das Mutualidades Portuguesas, sendo a primeira mulher a receber tal reconhecimento.-----

--- Mulher de convicções firmes, de grande sentido humano e espírito de missão, pautou a sua ação pela promoção do bem comum, deixando um legado duradouro no concelho de Tavira e no movimento mutualista nacional.-----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 22 de abril de 2026, delibera:-----

--- 1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Maria Ferro, reconhecendo o seu notável contributo para o associativismo, o mutualismo e a comunidade tavirense;-----

--- 2. Endereçar à família enlutada, bem como aos amigos, dirigentes, colaboradores e associados do Monte-pio Artístico Tavirense, as mais sentidas condolências;-----

--- 3. Remeter cópia da presente deliberação à Direção do Monte-pio Artístico Tavirense, à Câmara Municipal de Tavira e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação.»

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Maria Ferro, que foi aprovado por unanimidade.-----

--- O Voto de Pesar encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro (5).-

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou à recomendação apresentada pelo CHEGA – Pela transparência administrativa e pela transmissão em direto das reuniões da Câmara Municipal de Tavira.-----

--- Informou que o CHEGA dispunha de um (1) minuto e cinquenta (50) segundos.-----

--- O Deputado Municipal Gonçalo Santos cumprimentou os presentes e os que assistiam em casa e disse que seria a Deputada Municipal Anaísa Gonçalves que iria apresentar a recomendação.-----

--- A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves reiterou os cumprimentos da sua Bancada e disse que o CHEGA apresentava a “Recomendação pela Transparência Administrativa e pela Transmissão em Direto das Reuniões da Câmara Municipal” que passava a ler:-----

--- “A Assembleia Municipal de Tavira, no exercício das suas competências de acompanhamento da atividade municipal e de promoção de uma administração local transparente, participada e



próxima dos cidadãos, reconhece a importância crescente do acesso público à informação e do reforço da confiança entre os órgãos autárquicos e a população.-----

--- Neste quadro, a bancada municipal do Partido CHEGA, considera que a divulgação em direto das reuniões da Câmara Municipal constitui um instrumento relevante de modernização administrativa, de valorização da transparência decisória e de aprofundamento do escrutínio democrático, permitindo aos munícipes acompanhar, em tempo real, os debates, as deliberações e os fundamentos subjacentes às decisões tomadas pelo órgão executivo.-----

--- Assim, vimos recomendar a Vossa Exa. que considere iniciar o procedimento formal de recomendação à Câmara Municipal para a implementação da transmissão em direto das suas reuniões públicas, à semelhança do que já sucede com as sessões da Assembleia Municipal de Tavira, assegurando as condições técnicas, organizativas e jurídicas necessárias à sua regular regularização e continuidade.-----

--- Mais se recomenda que esta medida seja acompanhada de uma adequada divulgação pública, garantindo que o acesso aos conteúdos transmitidos seja simples, universal e devidamente arquivado para consulta posterior, em benefício da transparência, da memória institucional e da participação cívica.”-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que nos termos da legislação em vigor as reuniões de câmara apenas tinham de ser públicas, sendo obrigatório uma Reunião de Câmara por mês.-----

--- Desde 2017, 2018, que as pessoas se podiam deslocar à Câmara Municipal para assistirem a todas as reuniões de câmara que ocorriam, presentemente à quarta-feira pelas nove (9) horas e trinta (30) minutos, de quinze (15) em quinze (15) dias. Tinha-se realizado uma Reunião de Câmara naquele mesmo dia, pelo que a seguinte seria dentro de quinze (15) dias.-----

--- Considerava que era bastante transparente porque desde há muito que iam além do exigido por Lei.-----

--- Todavia tinham tomado boa nota, sendo certo que a transmissão tinha um custo e, não dispendo a Câmara Municipal de meios para o fazer, meios técnicos, tinham de analisar devidamente.-----

--- Aceitavam a recomendação e iriam pensar sobre ela, no entanto não seria por uma questão de transparência porque todas as reuniões de Câmara eram publicas, podendo o público participar sempre que assim entendesse.-----

--- A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves referiu que pretendia apenas clarificar a ideia anteriormente exposta, sublinhando que não estava em causa qualquer falta de transparência por parte do Executivo Municipal. Salientou que tinham pleno conhecimento de que as reuniões eram públicas, conforme referido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, e que concordavam

com esse princípio. Contudo, explicou que a questão suscitada era de natureza prática, atendendo a que a maioria dos cidadãos, no dia e horário em que as reuniões se realizavam, se encontrava a exercer as suas atividades profissionais, o que dificultava a sua presença. Assim, consideravam que a eventual transmissão em direto das reuniões permitiria aos munícipes acompanhar, ainda que à distância, os temas do seu interesse. Referiu que a recomendação apresentada se enquadrava, por isso, numa perspetiva de melhoria contínua e de modernização dos mecanismos de participação cívica. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Recomendação Pela Transparência administrativa e pela transmissão em direto das reuniões da Câmara Municipal de Tavira, que foi aprovado por unanimidade.** -----

--- **A Recomendação encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro (6).**

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que gostava de felicitar a Câmara Municipal de Tavira pela colocação de sensores inteligentes na ajuda ao estacionamento com mobilidade reduzida. Naquele sentido e já que falavam em mobilidade reduzida, gostava de questionar a Presidente da Câmara Municipal quando é que as pessoas com mobilidade reduzida podiam aceder ao primeiro e segundo pisos dos Paços do Concelho. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que já tinham o projeto concluído tendo que lançar procedimento. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** desejou uma boa noite a todos. -----

--- Disse que no domingo anterior, a Freguesia da Luz de Tavira tinha comemorado o vigésimo quinto (25.º) aniversário da sua elevação, concretizada pela Lei n.º 63/2001, que tinha sido apresentada por um conjunto de deputados do PS, capitaneados pela atual Deputada Municipal Jovita Ladeira e onde se tinham incluído Luís Carito, Carlos Alberto, Luís Veríssimo e Filipe Vital. ---

--- Na mesma sessão legislativa, através da Lei n.º 64/2001, também a Freguesia de Cabanas de Tavira tinha sido elevada à categoria de Vila. -----

--- Assim, considerava justo, naquela ocasião e aproveitando a celebração efetuada pela Freguesia da Luz de Tavira, felicitar as duas (2) freguesias do concelho de Tavira por aquela honra que lhes tinha sido conferida pela Assembleia da República, mas também lembrar que tinham sido duas (2) freguesias que no ano de 2013, tinham sido alvo de um processo de fusão, quase selvagem, tendo sido feita justiça através da Lei 25-A/2025 pela qual tinham voltado a ter a dignidade serem novamente freguesias. -----

--- Concluiu dizendo que, na pessoa dos presidentes de Junta de Freguesia da Luz de Tavira e de Cabanas de Tavira, João Mendonça e Carlos Baptista, queria saudar a população das duas (2)



freguesias e manifestar ali o empenho e compromisso do PS com o seu bem-estar e desenvolvimento sustentado. -----

--- **A Deputada Municipal Elsa Ribeiro** cumprimentou os presentes e os que estavam a assistir online.-----

--- Disse que no mandato anterior, em setembro de 2025, tinha colocado uma questão à Presidente da Câmara Municipal relativa à remoção das telhas de amianto nos armazéns municipais. Naquela altura, a Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que estava a ser elaborado um projeto pela Divisão de Projetos Energia e Obras Municipais (DPEOM) e que assim que estivesse terminado, iriam proceder à remoção. -----

--- Passados sete (7) meses que o projeto estava a decorrer, as telhas continuavam ali, pelo que gostava de saber o ponto de situação relativamente àquele assunto. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que quando os projetos estavam concluídos iam para empreitada, todavia o projeto não estava concluído pois não tinham apenas aquele projeto mas muitos outros que estavam na DPEOM. Cada projeto tinha o seu grau de prioridade consoante as questões de segurança, de candidaturas e outros. Estavam a trabalhar e logo que estivesse concluído seria lançada a empreitada. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, cumprimentou todos os presentes e os que assistiam via redes sociais.-----

--- Na segunda-feira anterior, dia 20, a Assembleia de Freguesia de Cabanas de Tavira tinha reunido em sessão ordinária. Entre os cidadãos do público estavam alguns moradores do Bairro Social que ali se tinham dirigido para manifestar o seu descontentamento em relação à forma como viviam presentemente, que era inadmissível. As casas estavam completamente escuras no exterior o que era mais grave. Há cerca de doze (12) anos que aquelas paredes não eram pintadas, e tinham infiltrações constantes. Conhecia famílias que em dias de chuva tinham até tido que retirar móveis e colocar alguidares para que a água não se espalhasse pela casa.-----

--- Aquela situação ia-se prolongando sem que fosse tomada qualquer medida minimamente eficaz. -----

--- Tratava-se de casas já envelhecidas, com cerca de cinquenta (50) anos e as pessoas que ali moravam também iam envelhecendo pelo que, se anteriormente trabalhavam e dispunham de algum dinheiro para fazer a manutenção das casas, presentemente a situação era completamente diferente.-----

--- Era uma situação única que apenas acontecia naquele Bairro que, comparando com os outros bairros, por exemplo, de Santa Luzia, porque as habitações eram da mesma tipologia, ali as casas



estavam todas branquinhas ao contrário do que acontecia em Cabanas sendo que as pessoas não compreendiam porque existia aquele tratamento desigual.-----

--- Presentemente o Bairro de Cabanas era o pior espaço em Cabanas de Tavira e, eventualmente do concelho, tendo a Presidente da Câmara Municipal perfeito conhecimento daquela situação. Tinha-lhe ficado bem, em campanha eleitoral, pedir desculpa aos habitantes do Bairro por não ter conseguido proceder aos arranjos necessários, todavia o tempo ia passando e as habitações estavam cada vez piores.-----

--- Anteriormente tinha sido estabelecido um acordo no sentido de que as verbas recebidas das rendas revertissem para a Junta de Freguesia que, com aquela verba, procedia à manutenção do Bairro. Tinha estado afastado do Executivo da Freguesia durante doze (12) anos, tendo sido naquela altura a última pintura que tinha sido feita naquelas casas. Era evidente que aquela situação criava um descontentamento geral e que as pessoas não tinham apenas as casas degradadas como também os espaços comuns e áreas envolventes.-----

--- Aquando da requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro tinha sido executado um lancil que tinha criado problemas da cota que retinha a água da chuva tendo-se verificado a existência de casas que tinham sido inundadas inesperadamente, por uma obra mal calculada. Os habitantes tinham protestado e até ao momento não tinha havido qualquer atenção relativa àquela situação, o que considerava ser inaceitável porque se tratava de uma intervenção de natureza simples, bastando rebaixar o passadiço em cerca de vinte (20) centímetros e as pessoas já podiam ficar tranquilas quando chovia bastante.-----

--- Pensava questionar a Presidente da Câmara Municipal sobre o que devia de responder às pessoas que o abordavam constantemente, desesperadas por aquela situação, mas não o ia fazer por considerar não existirem palavras que em situações como aquela gerassem alguma espécie de contentamento.-----

--- Terminou dizendo que a situação estava de tal modo que as pessoas apenas pretendiam que as obras fossem executadas. Ia respondendo que estava a ser elaborado um levantamento para realizarem a obra, porém já ninguém acreditava porque não se faziam levantamentos sem que houvesse pessoas no terreno, pelo que o levantamento não estava a ser feito.-----

--- Para concluir disse que esperava que aquela situação mudasse e que compreendessem as pessoas e que a Câmara Municipal procedesse de acordo com a necessidade que havia de que o Bairro fosse arranjado.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Presidente da Junta de Freguesia a podia questionar com o que pretendesse, que ela não se escondia de nada, das suas responsabilidades, e que tudo tinha uma justificação.-----



--- Ela também gostava de ter muitos mais arquitetos, muitos mais engenheiros e que todos os anseios de todos, dos presidentes de junta de freguesia, dos vereadores, incluindo os que estavam no Executivo, que tudo fosse feito ao mesmo tempo.-----

--- Naquele mesmo dia, na Reunião de Câmara tinham aberto um concurso para intervirem na habitação social da Rua António Pinheiro, na Porta Nova, seguindo-se Cabanas e a Quinta das Salinas, conforme estava prometido. O mandato tinha quatro (4) anos, pelo que iriam executar.---

--- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, disse que sabia o que tinha ficado acordado nas conversas que tinham tido. Tinha dito que em tempos, tinha tido as competências, tal como Santa Luzia relativas à habitação social, e que estaria interessado em voltar a tê-las. O que ela tinha dito tinha sido para que tivessem uma ideia de quanto custariam as intervenções, tinham de fazer o levantamento sobre no que iriam intervir. -----

--- As técnicas municipais que tinham estado a trabalhar no projeto da Rua António Pinheiro, tinham entregado o projeto naquela semana, tinha sido apresentado em Reunião de Câmara para abrirem o concurso e, portanto, passariam a trabalhar no projeto do Bairro de Santa Luzia que também estava para ser visto. Não existia apenas o Bairro de Cabanas, onde também iriam fazer as avaliações tal como nos bairros sociais que careciam de intervenção. -----

--- Tinham como prioridade os bairros de Cabanas e Santa Luzia porque eram os que se tinham comprometido a celebrar contrato administrativo, sendo o que estavam a avaliar. Mas de qualquer modo os bairros da Quinta das Salinas, da Conceição, também tinham algumas habitações a carecerem de intervenção e, portanto, era assim que iam fazendo pois não conseguiam chegar a todo o lado em simultâneo, tendo que priorizar, definir. -----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira tinha dito que o Bairro de Cabanas era o que estava pior. Relativamente à Junta de Freguesia de Santa Luzia, tinha aceitado competência naquela área tendo, inclusivamente, a anterior Presidente da Junta de Freguesia realizado algumas intervenções com o orçamento da Freguesia, que era pequeno, sendo por isso que o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira pretendia fazer mais e ter mais verba para intervir. -----

--- O anterior Presidente da Junta de Freguesia nunca tinha pretendido aceitar e, por isso, talvez o Bairro de Cabanas tivesse ficado relativamente prejudicado mas, não obstante, referia que caso a Junta de Freguesia tivesse capacidade para fazer algumas intervenções, a Câmara Municipal estava disponível para ceder os materiais, a tinta e o material para impermeabilizar. -----

--- Acrescentou que o Bairro de Santa Catarina também se encontrava num estado lastimável carecendo de intervenção, pois, infelizmente no corrente ano o clima tinha sido muito agreste.----

--- Iam intervindo, iam trabalhando sendo que esperava que as técnicas pudessem ir a Cabanas e Santa Luzia para fazerem as avaliações e, depois desenvolverem os projetos para a Quinta das Salinas e também para Santa Catarina que já tinha tido uma intervenção mas, pelos vistos, não tinha resolvido, pelo que estavam a verificar com os serviços a execução de uma empreitada apenas de pinturas e impermeabilizações.-----

--- As situações estavam sinalizadas e ela não se refugiava, enfrentando sempre e pedindo desculpa quando tinha que pedir.-----

--- Concluiu dizendo que quem não conseguia fazer tudo ao mesmo tempo, tinha que decidir. Percebia que as pessoas de Cabanas não ficassem contentes, ficando as da Rua António Pinheiro mais felizes, no entanto se tivesse decidido Cabanas, seriam as da Rua António Pinheiro a ficar descontentes. Decidir implicava sempre não agradar a todos, todavia tinham sido eleitos e tinham que decidir consoante a informação que dispunham tentando sempre ser justa, equilibrada e chegar a todos.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que queria abordar a questão da congratulação pelas comemorações dos quinhentos (500) anos da Junta de Freguesia da Luz de Tavira e vinte e cinco (25) anos da sua elevação a Vila. Fazer um reconhecimento e congratular particularmente o Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira, João Mendonça, por aquela iniciativa que tinha sido extremamente interessante em que tinha sido bem vincada a elevação daquela Junta de Freguesia, daquele espaço, desde o século XVI ao século XX e a importância que tinha no concelho de Tavira.-----

--- Aproveitava a oportunidade para dizer que o 25 de Abril e que tinha dado importância ao poder local, a democracia, às eleições para a Câmara Municipal e às eleições para as juntas de freguesia na melhoria da qualidade de vida das populações, porque a habitação social, os esgotos, a água, a eletricidade eram, conforme todos sabiam, de extrema importância.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Soares** cumprimentou todos os presentes e os que assistiam.----

--- Procedeu à leitura: *“O Grupo de deputados municipais do Partido Socialista começa por felicitar o município de Tavira pela atribuição da Bandeira de Mérito Social de 2026 pela Associação Nacional de Gerontologia Social, num âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento. Este reconhecimento nacional alcançado entre centenas de candidaturas é motivo de orgulho para todos nós e valoriza o trabalho que tem sido desenvolvido pelo município na área social, em particular, no apoio às famílias com maiores dificuldades no acesso a uma habitação condigna.*-----

--- Sabemos que têm sido dados passos importantes nesta matéria, com medidas que procuram dar resposta a situações de vulnerabilidade e melhorar as condições de vida de muitas famílias do



nosso concelho. Este é um trabalho que merece ser reconhecido e valorizado. Ainda assim, e precisamente porque a questão da habitação continua a ser um dos grandes desafios do nosso tempo, consideramos fundamental acompanhar de forma rigorosa e transparente a evolução dos investimentos em curso nesta área.-----

--- Neste sentido, gostaríamos de perguntar à Senhora Presidente qual o ponto de situação atual dos investimentos em execução no âmbito da habitação social no concelho de Tavira, nomeadamente no que respeita aos projetos já aprovados, às fases de concretização em que se encontram e aos respetivos prazos previsto de conclusão.” -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que dos projetos de habitação social que tinham lançado, pensava que nos últimos dias se tinha iniciado a construção de vinte e quatro (24) fogos em Cabanas de Tavira, estando a ser vedado o espaço para iniciar a empreitada, o que já devia ter acontecido no mês anterior. -----

--- Na Reunião de Câmara realizada naquele mesmo dia, tinham aprovado o Plano de Segurança referente à construção dos vinte e quatro (24) apartamentos no Sítio da Boavista, um loteamento que o Município tinha adquirido junto à N125. O prazo para entrega do projeto era até ao final do mês de maio seguinte, tendo a empresa já entregado uma fase, antecipando a data de entrega, pelo que também contava que entre o final daquele semestre e início do seguinte, a empreitada se iniciasse. -----

--- Os quinze (15) fogos autorizados para compra, face ao valor do investimento, por aquela Assembleia Municipal, também já tinham sido adquiridos e realizado o concurso de atribuição daqueles apartamentos que já estavam a ser habitados, o que significava quinze (15) novos agregados com habitação social.-----

--- No momento não sabia precisar, não estando certa se já tinha sido entregue, mas esperava ter nos dias seguintes o projeto de execução para as nove (9) habitações em Santa Catarina da Fonte do Bispo para que pudessem lançar a empreitada. -----

--- Tinham também uma arquiteta a desenvolver o projeto para seis (6) habitações num terreno em Santo Estevão. -----

--- Concluiu dizendo que tinham quarenta e oito (48) fogos com empreitada a iniciar-se, nove (9) para lançar e seis (6) para projeto cujo concurso para a empreitada veriam se conseguiam lançar até ao final do corrente ano.-----

--- A Deputada Municipal Elsa Ribeiro disse que, pelo que tinha percebido, voltando à questão das telhas de amianto, a Presidente da Câmara Municipal não garantia que até ao verão as mesmas fossem substituídas. -----

--- Abordando outra questão, referiu-se a um conjunto de telhas que se encontravam depositadas há quase um (1) ano num terreno junto aos armazéns municipais, ao ar livre e amontoadas, questionando quando seria efetuada a sua remoção. Sublinhou que estava em causa uma questão de saúde pública, considerando que aquele material não deveria estar naquele local, tanto mais que ali permanecia há um período prolongado, próximo de um ano.-----

--- Desconhecia se a Presidente da Câmara Municipal sabia do que estava a falar, pelo que tinha levado fotografias que não tinham sido tiradas por ela. Pedia ao Presidente da Assembleia Municipal apoio para distribuição das fotografias pelos deputados municipais para que tivessem noção do que estava a falar porque as telhas que estavam amontoadas eram telhas de amianto. --

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que desconhecia o assunto que, certamente era do conhecimento dos vereadores Sónia Pires e Narciso Barradas.-----

--- Desde 18 de dezembro de 2025 que o serviço de retirada das telhas de amianto tinha que ser efetuado por empresa devidamente certificada atendendo ao perigo ambiental existente. Desde 18 de dezembro de 2025 que estava adjudicado estando a aguardar que a empresa prestasse o respetivo serviço. -----

--- Infelizmente por considerarem que as verbas e serviços para o Estado estavam garantidos, tendo muito trabalho, iam deixando os trabalhos para o Estado, para último.-----

--- Iriam insistir, o que certamente os serviços já tinham feito, pois a questão estava sinalizada há pelo menos quatro (4) meses, tendo já sido elaborado o processo de contratação e estando apenas a aguardar que a empresa realizasse o trabalho. Se alguém pretendesse ver, tinha ali o ofício que tinha sido remetido com a contratação do serviço de retirada das telhas, sendo que, afinal, não eram apenas as câmaras municipais que trabalhavam mal.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que dispunha de um (1) minuto.-----

--- Alertando para os tempos, referiu que o PS tinha vinte e oito (28) minutos, o PSD, vinte (20) minutos, o CHEGA, seis (6), os presidentes das juntas de freguesia da Conceição de Tavira e Cabanas de Tavira, três (3) minutos respetivamente, sendo que o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira já tinha dobrado o tempo de que dispunha, o CHEGA também já tinha ultrapassado o tempo e o PS dispunha de apenas um (1) minutos para aquela intervenção. --

--- **O Deputado Municipal Nuno Mateus**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, cumprimentou todos e disse que a sua intervenção ia ao encontro do conversado com o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, Carlos Baptista, e ao mencionado referente a Santa Luzia. -----



--- Queria apenas informar que o anterior Executivo da Junta de Freguesia de Santa Luzia tinha executado algumas intervenções no parque habitacional com algumas verbas que tinham recebido para tal. -----

--- Desde que tinham tomado posse tinha elaborado um levantamento da situação de trinta e uma (31) das trinta e seis (36) casas de habitação social, quantos metros de janelas e portas, casas de banho, cozinhas e esgotos que era o que todas as casas mais necessitavam. Portanto, tinham o levantamento realizado também para que o Município soubesse os valores envolvidos e estavam disponíveis para receber aquela competência.-----

--- **O Deputado Municipal Arménio Viegas**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, disse que se sentissem todos cumprimentados. -----

--- Referiu que apenas pretendia reportar uma situação que tinha acontecido na sua Freguesia que considerava ser grave. A E-REDES estava a proceder à limpeza das linhas de alta tensão e simultaneamente a cortar as árvores dos proprietários, o que pensava que não deviam fazer. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que primeiramente pretendia felicitar o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que já se tinha antecipado ao trabalho o que facilitava muito o trabalho das técnicas que praticamente não necessitariam de se deslocar para fazer a avaliação.

--- Pediu ao Presidente da Junta de Freguesia que lhe remetesse o levantamento que tinham efetuado para poderem negociar.-----

--- Relativamente à questão que o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina tinha referido, tinham que perceber se era a E-REDES ou a REN - Redes Energéticas Nacionais porque as linhas de muito alta tensão tinham características ligeiramente diferentes sendo que nas faixas de proteção daquelas linhas não podia haver árvores. Porém, tratando-se da E-REDES, não estava certa se também era assim, pelo que teria que verificar. Estava segura que se tratando da REN não podia haver qualquer cultivo estando eles habilitados para cortar, nos termos das medidas de proteção.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Martins de Carvalho** cumprimentou os presentes e referiu que já haviam sido abordados diversos temas, considerando que, em alguns momentos, o debate resvalou para alguma demagogia, nomeadamente no que respeita ao Governo, à Câmara Municipal e à distribuição de competências. Sem pretender enveredar por posições demagógicas ou por divergências de natureza político-partidária, afirmou que procurava antes aproveitar os contributos dos vários debates, designadamente os relacionados com a mobilidade reduzida, com matérias da competência municipal e, ainda, com a questão das sondagens. Esclareceu que não se tratava de qualquer questão de natureza pessoal, manifestando o maior respeito pela Deputada Municipal Jovita Ladeira, utilizando apenas o termo de comparação anteriormente referido.

Acrescentou que os membros daquele órgão haviam sido eleitos para representar e dar resposta aos cidadãos, referindo que, no contacto direto com a população, nomeadamente ao circular pelas ruas, aproximadamente sete (7) em cada dez (10) pessoas o questionavam sobre a conclusão das obras levadas a cabo pela empresa municipal Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, EM, S.A., designadamente no que respeita às intervenções relacionadas com a rede de água e às respetivas pavimentações. Sublinhou que tais obras estavam a causar constrangimentos significativos, não apenas ao nível da circulação automóvel, mas também no que respeita à mobilidade de pessoas com mobilidade reduzida.. -----

--- Outra questão que lhe tinham colocado era se aquela intervenção também ia acontecer em Santa Luzia. Não tinha nada contra as intervenções, até porque eram necessárias, mas queria questionar se ocorreriam em pleno verão, até porque não era só a cidade mas também Santa Luzia que sofriam com a imensa confusão que acontecia no verão e, no que se referia aos buracos e à qualidade das pavimentações e calçadas era visível a forma como estavam a ser executadas. --

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, como todos sabiam, a intervenção da Taviraverde estava a ser realizada ao abrigo do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência. De acordo com a informação que dispunham, o PRR tinha de estar encerrado até agosto, pensando que a Taviraverde tinha até junho para apresentar tudo e contava cumprir ou até antecipar o prazo. -----

--- Considerava que já estavam concluídas grande parte das recuperações, sendo verdadeiro que existiam calçadas que não estavam bem repostas cujas situações estavam devidamente sinalizadas. O que a Taviraverde tinha optado por fazer, que não lhe parecia mal, era que quando fizesse a receção provisória das obras, aquelas questões ficariam para resolver para não estarem novamente a tirar e repor, porque a empreitada precisava ser entregue, finalizada para efeitos do PRR.-----

--- O que estava articulado era que a empresa pudesse prosseguir após a receção provisória, ou caso assim não entendesse, podiam ser acionadas as garantias bancárias a qualquer altura para fazerem a reposição do pavimento. O que estava acordado era que pudesse ser feito de seguida. -

--- Obviamente que existiam várias equipas de calceteiros e a reposição da calçada não era toda igual, havia a que tivesse mais qualidade e a que tivesse menos, uns trabalhavam melhor que outros. -----

--- Relativamente ao que o Deputado Municipal estava a falar, algumas aberturas que tinham sido realizadas, provavelmente já não estavam englobadas naquela intervenção mas numa candidatura ao Programa Operacional Regional Algarve referente à intrusão salina, à água salgada que se infiltrava na rede de saneamento. Tinham que fazer aquela intervenção porque, como



sabiam, a Águas do Algarve, S.A. tinha estado a realizar obras em praticamente todas as Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de modo a possibilitar o aproveitamento das águas residuais para rega dos Campos de Golf, Benamor e Quinta da Ria. Se verificassem, estavam a ser realizadas algumas intervenções em Cabanas de Tavira, nomeadamente na conduta para a Estação de Tratamento, pela Águas do Algarve. -----

--- A obra da Taviraverde ia complementar a da Águas do Algarve e consistia na colocação de uma manga da rede de saneamento que não permitia a entrada da água do mar, porque se houvesse menos intrusão, a água chegava à ETAR com menor salinidade sendo muito mais fácil reaproveitá-la utilizando-a na rega sem, obviamente, danificar os campos de golfe. -----

--- Aquela intervenção implicava a abertura de algumas valas, não tantas como tinha acontecido, mas podiam acontecer algumas. Se tal se verificaria em Santa Luzia, confessava que não tinha presente, mas a ideia era tentar fazer o mínimo possível durante o verão tanto que, se reparassem, apenas tinha sido no final do mês de outubro que tinham iniciado a intervenção na baixa de Tavira e tentado terminar o Centro Histórico até ao verão, altura em que a intervenção tinha ocorrido nas partes secundárias, sendo certo que o inverno tinham acabado por ir para a zona da Corredoura que se parecia mais como uma zona de guerra do que outra coisa, mas felizmente, estava praticamente ultimada. -----

--- Quanto a Santa Luzia, iria tentar saber, sendo que articularia com a Taviraverde para que tivessem alguma cautela durante o verão. Aquela intervenção implicaria ainda abertura de valas que não seriam nos mesmos locais porque se tratava de saneamento e não de água da rede. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** indicou os tempos usados. PS, vinte e oito (28) minutos e alguns segundos, o PSD que tinha vinte (20) minutos, tinha usado dezanove (19) minutos e trinta (30) segundos, o CHEGA, que tinha seis (6) minutos, tinha usado seis (6) minutos e catorze (14), o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas tinha três (3) minutos e usado cinco (5) e vinte (20) e a Presidente da Câmara Municipal tinha usado dezoito (18) dos vinte (20) minutos de que dispunha. Considerava que todos tinham cumprido e que era a democracia a funcionar como devia ser. Alguns tinham respeitado mais que outros mas era assim que a democracia funcionava.

--- Disse que iriam passar ao período de intervenção do público, tendo inscrito o cidadão António Mouta Pereira, a quem pedia que se dirigisse ao púlpito para que a intervenção ficasse gravada e que os deputados municipais não ficassem de costas. -----

--- Pediu que fosse sucinto e lembrou que tinha três (3) minutos para usar da palavra. -----

--- **O Cidadão António Pereira** cumprimentou todos e disse que a sua intervenção era dirigida essencialmente à Presidente da Câmara Municipal porque acabava por ser sempre a autoridade

Handwritten signature and initials in blue ink.

máxima no assunto que pretendia abordar e entroncar algumas questões que ali tinham sido debatidas sobre o interiorismo.-----

--- Acreditava, e existiam várias provas em Portugal e mesmo em Espanha, que os PDM – Plano Diretor Municipal eram fundamentais para o ordenamento do território e só havendo um ordenamento do território inteligente, e referia-se ao interiorismo, se houvesse desertificação do território, tudo se começava a degradar até havendo algumas situações que mostravam aldeias e cidades que se iam degradando pelo abandono.-----

--- Pedindo desculpa pela sua ignorância, gostava de saber qual era a situação do PDM de Tavira. -

--- Questionava se a revisão do PDM estava feita e como iriam ficar as questões do interior porque na última vez que ali tinha estado com o anterior Presidente da Câmara Municipal, há alguns anos, e tinham debatido o PDM, tinha ficado com a sensação que o interior iria ser esquecido quando em muitos países, por exemplo Espanha, as pessoas estavam a sair das cidades para o interior.-----

--- Acrescentou que todos falavam em ecologia, existia energia solar, fossas sépticas, outras maneiras de viver e, uma das coisas que o anterior Presidente da Câmara Municipal tinha ali dito era que não podiam gastar muito dinheiro com infraestruturas, pelo que, o PDM seria apenas florestas para as pessoas passearem ou para os ricos viverem porque, de repente, apareciam resorts como era o caso do Monte Rei e outros.-----

--- Concluiu pedindo que a Presidente da Câmara Municipal esclarecesse qual era o ponto de situação relativamente ao PDM.-----

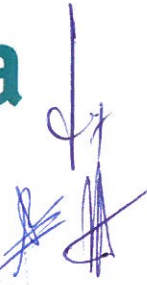
--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que o PDM estava em revisão, não estando concluído precisamente porque ela não concordava com a visão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) de pretender acabar com os aglomerados rurais, que, como o Cidadão António Pereira perceberia, estavam no interior.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia com a Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dizendo que iam acelerar porque ainda tinham muitos pontos da Ordem do Dia, referiu que tinham patente as exposições permanentes e, mais uma vez, chamava a atenção para a Exposição que estava patente no Palácio da Galeria, em parceria com o Museu Nacional do Azulejo intitulada “*O Azulejo em Portugal. Uma História em Aberto*” que terminaria no dia 30 de maio seguinte.-----

--- Ali, na Biblioteca Álvaro de Campos e também na Escola Secundária tinham tido a Exposição “*Contra-corrente*” que estava relacionada com o Dia Internacional da Mulher.-----

--- Na Cultura, tinham tido visitas guiadas à Exposição do Azulejo que tinha referido.-----



--- Na apresentação podia-se ver fotografias da celebração do “*Dia Internacional da Mulher*” em que tinham tido uma conversa intergeracional no Clube de Tavira, que tinha sido muito interessante, onde tinham participado pessoas de várias gerações. -----

--- A “*Maré de Contos 2026*” era uma atividade que também já fazia parte da programação da Biblioteca Municipal, realizada no mês de março e que no corrente ano tinha estado particularmente interessante. -----

--- Também tinham a “*Música nas Igrejas*”. -----

--- Os “*Diálogos da Liberdade*” tinham terminado no último dia 17. Era uma rubrica que tinha acontecido na Biblioteca Municipal, durante dois (2) anos e que tinha permitido, de certo modo, ouvir vários testemunhos sobre quem tinha vivenciado o 25 de Abril, bem como a partilha de vivências sobre as diferenças entre viver antes e após o 25 de Abril. -----

--- O Museu Municipal tinha uma programação variada, como os “*Passeios na história de Tavira*”.

--- Chamava à atenção para o último fim de semana em que tinham tido a celebração do “*Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*”. -----

--- Nas férias da Páscoa tinham realizado várias atividades no Museu, e na Biblioteca “*Uma Noite na Biblioteca*” e os “*Encontros com autores*” que também faziam parte das rubricas normais. -----

--- Como costumava dizer, a cidade também em termos de Desporto, não parava, bastando olhar para a sua agenda ao fim de semana. -----

-- O “*Algarve Bike Challenge 2026*”, o “*III Trail Urbano dos Bombeiros de Tavira*” para celebrar o aniversário dos bombeiros. O “*5.º Raid BTT Tavira Cachopo 2026*”, várias provas de natação regional que a Piscina Municipal também acolhia, atendendo às suas condições e, obviamente, ao Programa de Promoção da Atividade Física que tinham. -----

--- O “*MOVE.Tavira*” resultante de uma longa parceria com a Associação Oncológica do Algarve, que, pensava, no corrente ano tinha batido todos os recordes. O “*Dia Mundial da Atividade Física – Caminhada*” também tinha sido celebrado. A “*Regata Cidade de Tavira*” organizada pelo Clube Náutico, a “*20.ª Edição do BTT Abas da Geada*” e o “*5.º Encontro Regional de Andebol Adaptado*”. Tinham tido vários eventos. -----

--- Na Biblioteca e nos Agrupamentos tinham tido a “*20.ª Semana da Leitura*” que acontecia habitualmente no final do mês de março, com programação variada, promovendo a leitura junto dos jovens. -----

--- O “*Festival Sol de Inverno*” tinha acontecido já na primavera, face às condições meteorológicas tendo-se a última edição realizado no passado dia 11 de abril. -----



--- Na Quaresma e Semana Santa tinha-se realizado a Procissão do Triunfo, a Procissão do Enterro do Senhor, a Procissão da Ressurreição e também o Concerto de Páscoa pela Orquestra do Algarve e pela Orquestra Sinfónica do Porto que tinha sido muito bom.-----

--- Dentre as várias iniciativas, destacava, obviamente, o aniversário da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira e também as comemorações da Batalha de La Lys, sempre organizada pela Liga dos Combatentes.-----

--- Não faltavam eventos organizados em todas as freguesias como o “4.º Encontro de Clássicos de Santo Estêvão”.-----

--- Obras e Urbanismo:-----

--- O procedimento de “Reabilitação das Pontes de Umbria e Curral de Boieiros” encontrava-se em fase de relatório preliminar. Tinha ganhado uma empresa da qual não tinha boas memórias, mas aguardavam que tudo corresse pelo melhor, Relvas & Nunes, Lda.-----

--- Estavam também a lançar as “Obras de Reabilitação de Habitação Social no Bairro da Porta Nova – Tavira, Rua António Pinheiro (Blocos 5, 7 e 9). Como já tinha falado, tinha sido apresentado em Reunião de Câmara.-----

--- A “Intervenção no Passadiço de Cabanas” cujo contrato já tinha sido assinado, tinha sido caducado estando o projeto a ser revisto para lançarem nova empreitada.-----

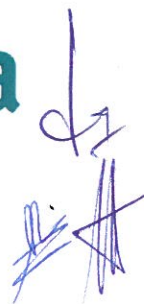
--- Tinham também uma empreitada de “Conceção Construção para a contenção de fachadas de dois edifícios municipais, em Tavira”, uma junto ao Teatro e outra na Av. Almirante Cândido dos Reis, cujos projetos ainda não estavam terminados, para posteriormente lançarem as empreitadas de recuperação.-----

--- A “Intervenção na Rua de Santa Margarida e Beco Ruy Maria Palermo Ferreira - Santa Margarida” estava em relatório final. Referia-se a pluviais em Santa Margarida, e a empreitada de “Estabilização de taludes e reforço estrutural de túnel - Concelho de Tavira (4 Lotes)” já tinha seguido para assinatura do contrato.-----

--- Relativamente ao contrato da “Execução para a instalação simplificada de atletismo de Santa Luzia” já tinha sido visado pelo Tribunal de Contas. Esperava que a empreitada começasse, sensivelmente dentro de um mês.-----

--- Porque não havia verba em orçamento a “Remodelação das torres e instalações elétricas de iluminação do campo do Ginásio Clube” estava a aguardar cabimento para lançarem o procedimento de forma a terminarem a reabilitação daquele espaço que já tinham iniciado com a reabilitação do arrelvamento e das bancadas.-----

--- Tinham a “Reposição de Legalidade Urbanística – Execução Coerciva (Processo Administrativo 48/17) no sítio de Montes e Lagares – Santa Catarina da Fonte do Bispo – Tavira”.-----



--- Já se tinha iniciado a empreitada de *“Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da unidade de saúde de Cabanas - Conceição de Tavira”*. Naquele momento, as consultas estavam a acontecer em Tavira, mas iriam instalar contentores para que as consultas regressassem e se realizassem no local. Pensava já ter assinado o contrato.-----

--- Quanto à *“Empreitada de conceção-construção de 24 fogos de habitação social, no sítio da Boavista, concelho de Tavira (Lote 1 e 2)”* já tinha falado. Estavam a ser alvo daquele concurso, dois (2) lotes. Naquele loteamento que tinham adquirido faltavam mais cinquenta e quatro (54) habitações com um custo estimado de vinte e cinco milhões de euros (€ 25.000.000,00). Como tinha respondido ao Deputado Municipal Carlos Soares, o investimento da Câmara Municipal era, presentemente, de doze milhões de euros (€ 12.000.000,00), quatro milhões de euros (€ 4.000.000,00) em Cabanas, cerca de quatro milhões (4.000.000,00) daquelas da Boavista e os quatro milhões de euros (€ 4.000.000,00) relativos às que tinham adquirido na Conceição que, apesar das candidaturas, ainda não tinham recebido qualquer verba do financiamento aprovado, sendo também a razão porque tendo previsto muita receita daquelas candidaturas PRR, a execução de capital era mais baixa, o que explicaria quando apreciassem a Prestação de Contas. Obviamente que para lançarem a conceção, construção das restantes cinquenta e quatro (54) habitações, o que queriam e desejavam fazer o quanto antes, ou tinham financiamento, ou teriam que recorrer à Banca e, portanto, era o que estavam a equacionar se tinham resposta do Governo ou que recorrer à Banca, sendo que os vinte e cinco milhões de euros (€ 25.000.000,00) acabam por ter os encargos financeiros que, provavelmente, não eram compatíveis com estrutura financeira que tinham. Portanto, teriam que pensar qual seria a modalidade, se executavam em duas (2) fases ou não. Estavam a ponderar porque pensavam no futuro não pretendendo deixar para resolver por quem viesse a seguir.-----

--- Já tinha falado das *“Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho – Estradas Municipais na Freguesia da Conceição e Cabanas”* e que estava a ser vedado o espaço, esperando que nos dias seguintes se iniciasse a *“Construção de 24 fogos de habitação social em Cabanas de Tavira”* perto do Restaurante Charrete.-----

--- Quanto à *“Instalação de novo relvado no polidesportivo da Bela Fria”* tinha tido alguns percalços por força da arqueologia, pelo que a empreitada estava parada.-----

--- As *“Obras de Conservação no Centro Paroquial de Cabanas”* estavam a terminar porque tinha sido preciso fazer um contrato adicional de trabalhos complementares, que também já estava assinado, e esperava que o empreiteiro finalizasse a intervenção no mês seguinte. -----



--- A *“Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente”* que estava a decorrer, não era apenas a ampliação da escola, contendo a construção de novo edifício, multidisciplinar. -----

--- Tinham as *“Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho - Estradas e Caminhos Municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão e na Freguesia de Tavira”*. ----

--- Também a *“1.ª FASE - Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira”*. Estavam à espera de financiamento para avançar com a segunda fase da reabilitação da Igreja de Santa Maria com um investimento de aproximadamente dois milhões de euros (€ 2.000.000,00). -----

--- Estava a decorrer a empreitada de *“Execução de edifícios de serviços de saúde em Tavira: unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatório e sede do ACES Sotavento”*, aquela que consideravam mentira, que nada faziam, estava como mostrava na apresentação, a decorrer a bom ritmo. -----

--- A *“Empreitada de Intervenção no polidesportivo da Bela Fria”* era outra intervenção separada e referia-se às bancadas e balneários. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois, referente à Proposta n.º 60/2026/CM – Nomeação do Fiscal Único da Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente EM, S.A.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal explicou que era da competência daquela Assembleia Municipal aprovar, não apenas, o Fiscal Único da Câmara Municipal, como também o das empresas municipais.**-----

--- Naquele caso tratava-se da aprovação do Fiscal Único da Taviraverde, a empresa Galvão, Nunes, Tavares & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e o Revisor Oficial de Contas – ROC, Johnny Viegas Laurencia. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 60/2026/CM – Nomeação de Fiscal Único da Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente EM, S.A., a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número três, Proposta n.º 71/2026/CM – Prestação de Contas de 2025.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal disse que se tratava de um documento eminentemente técnico. Estavam a prestar contas à Assembleia Municipal do Orçamento que ali tinha sido aprovado, pelo que daria algumas breves notas e algumas conclusões.**-----

--- O Município de Tavira apresentava um grau de independência financeira de sessenta e oito, noventa e um por cento (68,91 %), cifrando-se a sua execução da receita em noventa e quatro, quarenta e quatro por cento (94,44 %) porque tinham uma execução das receitas correntes que



ultrapassava os cem por cento (100 %) o que queria dizer que tinham cobrado mais do que previam. Tal estava relacionado com a subida do IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis que rondava os três milhões e quinhentos mil euros (€ 3.500.000,00), referindo-se às casas que eram transacionadas.-----

--- O IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis tinha subido ligeiramente apesar de estarem com a taxa mínima, mas havia o caso das pessoas que iam perdendo as isenções.-----

--- Esclareceu que a execução das receitas correntes se situou próximo dos cento e oito por cento (108 %), explicando, contudo, que, no que respeita à receita total, a execução foi de cerca de noventa e quatro por cento (94 %), sendo que apenas vinte e oito por cento (28 %) correspondia a receita de capital. Referiu que aquela situação se devia ao facto de terem sido inicialmente previstos cerca de dez milhões de euros (€ 10.000.000,00) em receitas de capital, designadamente associadas a financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), incluindo verbas para o Centro de Saúde, e não apenas para a unidade de consultas externas. Contudo, tais valores não se concretizaram na totalidade, tendo sido contemplados cerca de cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00), dos quais apenas foi executada uma obra no montante de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00). Acrescentou que aquela subexecução se verificou igualmente noutras áreas, nomeadamente em projetos de habitação social já anteriormente referidos, relativamente aos quais era expectável a obtenção de financiamento que, até ao momento, ainda não se tinha concretizado. Concluiu, assim, que a menor execução da receita de capital contribuiu para que a execução global da receita ficasse aquém dos cem por cento (100 %).-----

--- A execução da despesa tinha ficado em cerca de setenta por cento (70 %). As despesas correntes em oitenta e três por cento (83 %) e as despesas de capital em quarenta e três por cento (43 %). Sabia que existia sempre a demagogia de que quarenta e três por cento (43 %) era baixa, mas ela não o considerava até porque era maior do que no ano anterior e conhecia muitos municípios onde a execução da despesa de capital estava abaixo dos vinte por cento (20 %) e essa, de facto, considerava ser baixa embora não lhe dissesse respeito.-----

--- A despesa paga tinha aumentado, tinham realizado mais despesa e cumprido a regra do equilíbrio financeiro, o que era importante e obrigatório e, portanto, o Saldo de Gerência de 2026 era de cerca de dezassete milhões de euros (€ 17.000.000,00), inferior ao dos anos anteriores.-----

--- Os indicadores de liquidez revelavam a capacidade para cobrirem o passivo.-----

--- Acrescentou que, reiteradamente tinham resultado líquido negativo por força da avaliação dos bens do domínio público que tinham sido realizadas e que geravam amortizações que

inflacionavam o resultado líquido, todavia, tinham tido uma melhoria significativa relativamente ao ano anterior. -----

--- Referindo-se à dívida do Município, nomeadamente a dívida de médio e longo prazo, que considerava importante mais uma vez tinham reduzido, no caso, seiscentos e trinta e cinco mil euros (€ 635.000,00). Presentemente tinham uma dívida de cerca de dois milhões e trezentos mil euros (€ 2.300.000,00). Aquela redução era importante porque se precisassem de pedir dinheiro à Banca para a execução das habitações e outros investimentos, sendo a habitação social o mais importante, tinham margem para obter cinquenta e dois milhões de euros (€ 52.000.000,00) da Banca. Tinham que fazer aquele equilíbrio financeiro porque depois não tinham receita para pagar aquele valor ao Banco. -----

--- Disse que, por vezes, não tinham bem a noção, e não se gastando dinheiro em capital por uma ou outra razão, estavam a falar de bens duradouros onde tinham sido despendidos nove milhões e quinhentos mil euros (€ 9.500.000,00) para compra de habitações, investimentos em equipamento básico, nomeadamente viaturas e máquinas, em edifícios escolar, em edifícios das próprias instalações do Município e, portanto, havia investimento.-----

--- Considerava que tinha feito uma panorâmica daquela prestação de contas estando ao dispor para qualquer questão.-----

--- Para finalizar, pensava ser importante dizer que a única reserva que tinham do ROC dizia respeito à EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda.-----

--- Fazendo um ponto de situação relativo à EMPET, como já tinha dito, tinham feito uma proposta para mudar de Liquidatário, elaborado a respetiva Ata que tinham levado para registo na Conservatória. A Conservatória de Loulé tinha dito não ter capacidade para o fazer. Tinham feito uma exposição ao Instituto de Registos e Notariado (IRN) que lhes tinha respondido no sentido de que deveriam de reencaminhar o pedido para a Conservatória de Braga. Presentemente as conservatórias já não tinham a questão territorial, portanto, quando se fazia uma escritura, podia ser registada em qualquer conservatória do país. Tal acontecia por não existirem conservadores e, portanto, os processos eram distribuídos de acordo com o número de processo. Tinham remetido para a Conservatória de Braga há sensivelmente um ano. -----

--- No final do mês de agosto, setembro, tinham informado que o registo estaria efetuado até ao final do ano de 2025. Tendo aquela data sido ultrapassada e não tendo recebido qualquer informação já tinham remetido, pelo menos, dois (2) ofícios e tentado várias chamadas telefónicas que não tinham sido atendidas.-----

--- Aquelas questões das conservatórias eram efetivamente preocupantes. Tinham uma escritura relacionada com a regularização dos terrenos de Santa Luzia que se prendiam com o registo do



edifício da Associação Âncora que tinha sido formalizada em dezembro passado e tinha ido para a Conservatória da Guarda não tendo ainda o registo. A Associação necessitava daquele registo para se poder candidatar e ter melhores acordos para as suas valências sociais. Necessitava realmente de ter o registo do prédio, o que também não estava a acontecer.-----

--- Concluiu dizendo que queria dar aquela nota porque aqueles serviços públicos relativos aos registos, nomeadamente as conservatórias, não estavam a funcionar bem.-----

--- Reiterou que não tinham nenhuma outra reserva e estava disponível para alguma questão que pretendessem colocar. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que relativamente ao Liquidatário da EMPET, gostava apenas de esclarecer uma dúvida.-----

--- Presentemente estavam a aguardar o registo da ata do novo Liquidatário ou o registo da liquidação da EMPET. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquela seria uma decisão da Conservatória que podia registar a liquidação oficiosa, mas tinha que nomear um liquidatário ou aceitar o que tinham proposto.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** questionou que se no momento ele já estava registado. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não estava, nem uma coisa nem outra.-----

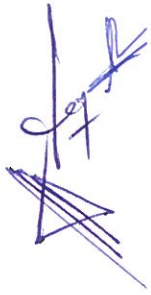
--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que para todos os efeitos estavam na mesma situação de há um ano quando tinham debatido a Prestação de Contas do ano de 2024 e acordado a questão de já ter sido nomeado um novo Liquidatário sendo que a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que estavam a aguardar a Ata de registo.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que aquela Ata já estava ultrapassada e já tinham todos os documentos. No entanto para que o Liquidatário pudesse fazer negócios, nomeadamente assinar uma escritura de compra e venda de terrenos, poder movimentar as contas da EMPET, tinha que estar efetuado o registo na conservatória em seu nome. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** questionou se se tratava de algo diferente. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que era o documento mais importante de todos pois sendo a Ata importante, por si só não tinha validade, pelo que sem o registo o Liquidatário não estava legitimado para ter o poder. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que tinha feito há um ano uma recomendação para que fosse retirado o nome de Fernando Horta do site do Município na parte relativa ao investimento e o nome ainda lá continuava.-----



--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que apenas pretendia fazer uma apreciação geral.

--- Em primeiro lugar, a sua bancada manifestou o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos técnicos da Câmara Municipal na elaboração dos documentos apresentados, destacando a sua qualidade técnica, bem como o elevado nível de detalhe e rigor informativo. Sublinhou que tais documentos evidenciavam uma preocupação com a transparência, constituindo um importante instrumento de informação, não apenas para os deputados municipais, mas também para os cidadãos do concelho de Tavira. Considerava ainda que os mesmos deveriam ser objeto de análise cuidada, salientando a importância da sua leitura integral, por forma a permitir uma melhor compreensão das matérias em causa, defendendo que não bastava ouvir ou reproduzir opiniões alheias, sendo antes essencial o estudo aprofundado dos dossiers para um exercício mais informado e responsável das funções.-----

--- Queria estender a felicitação a todos os funcionários da Câmara Municipal sendo com satisfação que via a admissão de novos funcionários o que lhe dava garantias da prestação de melhores e mais serviços, muitos deles, naturalmente, transitados de competências nacionais assumidas pelo Município. Aquela situação, pelo menos à sua Bancada, dava-lhes esperança no futuro e, portanto, esperava que os novos funcionários tivessem força e vontade de fazer melhor em prol da comunidade. -----

--- Ao ler aqueles documentos podiam tirar várias conclusões. De facto, o Município de Tavira tinha sido destacado com prémios e referências, com dívidas no mínimo histórico, fazia pagamentos a fornecedores a cinco (5) dias, o que era fundamental para que as empresas sobrevivessem. Eram muitas, pequenas e médias empresas, que constituíam a estrutura existente em Portugal pelo que eram importantes para conseguirem manter os empregos, sendo o Município de Tavira líder naquela matéria. -----

--- Por outro lado, era verdadeiro e indiscutível que tinham um concelho vivo, um concelho atrativo e, quando se falava no reforço dos impostos municipais, das transmissões, notava-se que Tavira continuava atrativa, bonita e a chamar pessoas de fora para se juntarem no seu desenvolvimento, o que não era de somenos pois todas as atividades eram importantes porque eram os impostos que financiavam as atividades sociais. -----

--- Muitas vezes falavam do turismo, mas o turismo gerava economia e a economia gerava impostos que possibilitavam o investimento do Município em várias áreas indiscutíveis, maior qualidade de vida, mais justiça, solidariedade na cultura, o teatro, a cultura para todos, não sendo necessário ser-se rico para ter acesso à cultura no Município de Tavira. Ficava orgulhoso porque aquilo é que era democratização, não necessitarem de gastar milhares de euros apenas para ir a Lisboa assistir a um espetáculo de carácter internacional. -----



--- Tavira oferecia a todos, independentemente do dinheiro que tinham, sendo por aquela razão que ele e todos defendiam o SNS ou a Educação. Era o que estava consagrado na Constituição da República Portuguesa, Igualdade de Direitos, Princípios, Oportunidades porque era assim que se desenvolvia uma sociedade. -----

--- Sabia que tinham gastado algum tempo a falar da Saúde, mas não considerava que fosse uma perda de tempo, antes um ganho, porque estavam a falar em cerca de dez milhões de euros (€ 10.000.000,00) com o Centro de Saúde de Tavira e o de Cabanas que, certamente, iriam surpreender. -----

--- Por outro lado, disse que ficava satisfeito em ver que o Município de Tavira estava a dar oportunidade para que as pessoas tivessem mais algum dinheiro no final do mês com a redução da participação do Município no Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), sendo uma grande ajuda para toda a classe média, não apenas para a mais baixa, ou alta, pois não era apenas à classe baixa que tinham de ajudar porque a classe média era fundamental.-----

--- Queria ali apelar a todos os tavirenses que estavam a entregar o IRS, que enquanto cidadãos tinham a possibilidade de contribuir com a consignação para as associações de carácter social, desportivo e cultural, fizessem aquela consignação. Ele já o tinha efetuado e iria continuar a fazê-lo porque todos podiam melhorar a sua terra com uma pequena ação que não representava qualquer custo. -----

--- Considerando que, contra factos não havia argumentos, o Município de Tavira tinha uma fiscalidade muito evidente, muito participativa. Tinham uma dívida menor, tinham mais investimento, impostos mais baixos, sendo que esperava que o Governo não abandonasse os tavirenses. -----

--- Prosseguiu referindo que a Presidente da Câmara Municipal havia sido clara na apresentação das medidas estruturantes para o futuro do concelho de Tavira e, em particular, para o apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. Manifestou a expectativa de que o Governo não viesse a descurar o concelho, salientando que Tavira e os tavirenses necessitam de mais e melhores respostas. Destacou ainda a existência de uma liderança presente e ativa, bem como de uma equipa empenhada, sublinhando o trabalho desenvolvido diariamente pelos funcionários municipais, procurando garantir uma atuação célere e eficaz. Por fim, referiu a importância do envolvimento dos cidadãos, manifestando a convicção de que a participação ativa da comunidade contribuirá para que as iniciativas e projetos em curso decorram da melhor forma. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Proposta n.º 71/2026/CM – Prestação de Contas de 2025, que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Soares, Carlos Sousa, David Martins, José Graça,**

José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Hélder Conceição e Carlos Baptista, onze votos contra dos deputados municipais Ana Rita Gonçalves, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, Muriel Neto, Rui Horta, Sónia Tomás, Víriato Jesus, Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos, e duas abstenções dos deputados municipais João Mendonça e Rafael Dias.-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que apenas pretendia que ficasse escrito em ata que tinham votado contra por terem total desconhecimento das contas da EMPET desde 2019 até ao momento.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro, Proposta n.º 72/2026/CM – Concurso público para a concessão do direito de exploração do serviço público de transporte regular fluvial com embarcações de passageiros, no percurso entre Santa Luzia e Terra Estreita.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que, como era sabido, definir regras gerais das concessões era uma competência da Assembleia Municipal. -----

--- Em 2023 tinham recebido a competência do transporte fluvial da Docapesca, sendo certo que a Docapesca apenas uns largos meses depois tinha remetido a documentação com toda a informação.-----

--- Na posse daquela informação, tinham constatado que dos transportes públicos fluviais de passageiros para as praias, que eram ilhas barreira, apenas a concessão do transporte para a Ilha de Tavira estava em vigor, o que não acontecia nem para a Terra Estreita nem Cabanas.-----

--- Para Cabanas existia um processo de concurso lançado em 2016 pela Docapesca que tinham decidido a não aceitação das propostas. Os concorrentes tinham recorrido estando o processo em Tribunal há cerca de cinco (5) anos. O Tribunal tinha obrigado a Docapesca a admitir as propostas e, entretanto, tinham a decorrer o processo de transferência de competência. A Docapesca tinha remetido aquele processo para a Câmara Municipal que tinha informado não ter competência.-----

--- A Docapesca nada tinha feito e no ano 2023 tinham informado a Câmara Municipal que tinham que adjudicar, o que tinham considerado que não teriam que fazer até porque, presentemente, o concurso já nem cumpria a legislação em vigor.-----

--- Tinha pedido parecer à AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes que tinha referido várias questões, tendo sido entendimento da Câmara Municipal avançar com a caducidade de todo o procedimento.-----



--- Desconhecia o que iria acontecer porque, na opinião da Docapesca, o concorrente que, hipoteticamente, ao qual a Câmara Municipal tinha o dever de adjudicar, tinha recorrido e o processo estava novamente em Tribunal. -----

--- Relativamente ao transporte de Santa Luzia, não tinham qualquer concessão sendo o que estava a apresentar, as novas peças de procedimento para lançarem o concurso para o transporte regular entre Santa Luzia e a Terra Estreita. -----

--- Tinham tido vários problemas com aquele transporte e, ao abrigo da Lei da Água, os que tinham sido detentores da Licença anterior, que tinha acabado, ficavam obrigados a garantir o transporte público até que houvesse um novo, no caso, concessionário e, portanto, a empresa Ricardo Badálo Unipessoal, Lda. estava a garantir. Todavia tinham vários problemas com os horários que não eram fixos o que não permitia que as pessoas tivessem a resposta desejada. ----

--- Concluiu dizendo que o pretendido era efetivamente lançar um novo concurso que fosse mais adequado à realidade e que pudesse haver mais transporte, sobretudo nas épocas mais altas, sendo o que estavam a propor à Assembleia Municipal que, pese embora não tivesse que definir ou aprovar o Caderno de Encargos, nada tinham a esconder. Colocavam à consideração a aprovação daquela concessão para lançarem o procedimento. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** cumprimentou todos os presentes na sala e os que estavam a acompanhar em casa. -----

--- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse que, como era do conhecimento de todos, o serviço trabalhava pessimamente o que dava uma má imagem de Santa Luzia para quem pretendia ir para a praia. -----

--- Pessoalmente não lhe afetava porque ele ia de bote a remos, mas já tinha visto pessoas esperarem uma, duas ou três horas e irem embora sem conseguirem ir à praia. -----

--- Referiu que, após a adjudicação da concessão à entidade vencedora do procedimento concursal, seria fundamental assegurar uma adequada fiscalização por parte do Município quanto à qualidade do serviço prestado. Sublinhou que, nos últimos anos, o serviço havia sido de fraca qualidade, o que contribuiu para uma imagem negativa do concelho, defendendo, por isso, a importância de um acompanhamento rigoroso que garantisse a melhoria efetiva da prestação.. ---

--- Por outro lado, considerava que não se justificava a manutenção da bilheteira durante todo o ano, atendendo a que as carreiras funcionavam apenas durante quatro (4) meses. Referiu que a estrutura, para além de desadequada à dinâmica do serviço, apresentava um impacto visual negativo, não contribuindo para a valorização da zona ribeirinha, designadamente da marginal, onde se insere. Acrescentou ainda que a sua localização prejudicava a fruição do espaço,

nomeadamente por parte dos clientes de um estabelecimento de restauração ali existente, que procuram usufruir da vista sobre o rio de Santa Luzia. -----

--- Considerava que não era necessário. Se dessem uma licença para a colocação de uma barraca para vender gelados, após a época de gelados ela era retirada, sendo que aquela situação era idêntica. -----

--- Terminou dizendo que até existiam mais duas (2) que estavam podres, que também tinham sido cedidas para atividades no rio, que ele nunca tinha visto funcionar, e em caso de um vento mais forte uma delas cairia, estando a outra a ficar no mesmo estado. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que, na ausência de contrato, o atual concessionário não se encontrava obrigado a assegurar o transporte de passageiros em termos mais abrangentes. Acrescentou que a Câmara Municipal não dispunha de meios para exigir a prestação de serviços adicionais, uma vez que, em termos legais, aquele apenas estava vinculado ao cumprimento dos serviços mínimos previstos na legislação aplicável.. -----

--- Aquela era a razão por que era importante lançarem concessão para terem uma empresa porque todos os contratos tinham um gestor que sabia se o caderno de encargos estava, ou não, a ser cumprido. -----

--- Relativamente à barraca, desconhecia se estava contemplada no procedimento anterior, mas não estava relacionada com a questão da concessão e sim com a ocupação da via pública, que tinham de verificar. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as estruturas referidas pelo Deputado Municipal Viriato Jesus se destinavam a atividades marítimo-turísticas, existindo igualmente em Tavira e em Cabanas. Informou que, no momento, se encontrava em curso um processo de revisão das ocupações de espaço público, sendo que as situações irregulares ou em dívida seriam objeto de notificação, visando a sua regularização ou remoção. Acrescentou que estava a ser desenvolvida uma ação concertada com os serviços de Fiscalização, no âmbito da qual os titulares de ocupações da via pública em situação de incumprimento seriam identificados e notificados, sendo-lhes concedido um prazo para regularizar a situação ou cessar a respetiva atividade. Alertou ainda que, em caso de incumprimento, as estruturas seriam removidas e apreendidas a favor do Município. Sublinhou que esta atuação se justifica pela necessidade de assegurar equidade entre todos os operadores, não sendo aceitável que alguns cumpram as suas obrigações enquanto outros não o fazem. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 72/2026/CM – Concurso público para a concessão do direito de exploração do serviço público de transporte regular**

fluvial com embarcações de passageiros, no percurso entre Santa Luzia e Terra Estreita a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número cinco, Proposta n.º 73/2026/CM – Concessão do direito de exploração dos restaurantes “Vista Mar” e Quatro Águas” em Tavira. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal que aqueles dois (2) restaurantes estavam em domínio público marítimo sendo, portanto, competência da Docapesca. -----

--- Como já tinha referido, no ano de 2023, tinham recebido a competência tendo recebido a documentação mais tarde. -----

--- Relativamente ao Restaurante Quatro Águas ainda existia um processo em Tribunal que tinham tentado perceber do que se tratava e, finalmente, estavam reunidas as condições para lançarem os procedimentos de concessão. -----

--- O Restaurante Vista Mar funcionava com licenças provisórias anuais. O que pretendiam era fazer uma concessão para dez (10) anos, sendo o que estava no Caderno de Encargos, pois não fazia sentido terem aquelas licenças anuais, nem para quem explorava nem para a carga administrativa que o Município tinha, e até porque alguns careciam de reabilitação. -----

--- Concluiu dizendo que apresentavam a aprovação das condições gerais de concessão daqueles dois (2) espaços. -----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que tinham estado a ver o Caderno de Encargos por considerarem importante para quem ia concorrer, que estava muito explícito. Todavia pretendia colocar uma questão. Certamente que existiam taxas a pagar relativamente à ocupação da via pública, que as taxas resultavam de um Regulamento, mas não tinha visto no Caderno de Encargos se além dos trinta mil euros (€ 30.000,00) base, existia alguma taxa anual ou mensal que tivessem que pagar. Não tinha visto refletido no Caderno de Encargos. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que, como constava num dos artigos, tratava-se da taxa que estava refletida na Tabela de Taxas do Município. Não referia qual era o valor porque, precisamente, estavam num processo de revisão de taxas e ainda existia a questão de que a própria Tabela de Taxas poderia sofrer uma alteração todos os anos, atualizações mediante a inflação em conformidade com a própria prerrogativa que constava na Tabela de Taxas atual. -----

--- Não tinham usado porque estava sob deliberação de Câmara que, todos os anos, em Reunião de Câmara deliberavam se as taxas eram ou não atualizadas e, não o tinham vindo a fazer. -----

--- Presentemente estavam num processo de atualização até porque a última Tabela de Taxas geral tinha tido alguns aditamentos, adendas, mas grande parte dos valores eram de 2009, 2010, tendo sido aprovada na altura em que pela primeira vez tinha exercido funções no Município. -----

--- Concluiu reiterando que necessitavam atualizar a Tabela de Taxas e, por aquela razão, não tinham colocado o valor, mas remetido para a Tabela de Taxas. Pensava que se tratava de um pagamento mensal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que a questão que tinha colocado era para terem mais ou menos uma noção do valor em causa.-----

--- Outra questão relativa ao Caderno de Encargos era que relativamente às plantas que estavam no final, tivessem mais cuidado porque existiam coisas que não se percebiam. Dando como exemplo, o Restaurante Vista Mar tinha o espaço coberto e descoberto de uma forma e o Restaurante Quatro Águas, tinha de outra, sendo que naquele último não se percebia se o único espaço descoberto que tinha era um espaço entre os pilares.-----

--- Concluiu pedindo que tivessem mais rigor porque também para quem ia concorrer, por vezes, não era muito fácil ler plantas sobretudo para quem não estava familiarizado com aquelas questões.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a Vereadora Inês Faleiro já tinha chamado à atenção para aquela questão, que estavam a tratar. De qualquer forma queria dizer que não tinham atualizado porque, primeiramente, não se alteravam documentos da Câmara para a Assembleia Municipal e porque não se tratava de uma condição geral que a Assembleia Municipal tivesse que aprovar.-----

--- Tinha tomado a devida nota em Reunião de Câmara e iriam atualizar as plantas para o lançamento do concurso.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Proposta n.º 73/2026/CM – Concessão do direito de exploração dos restaurantes “Vista Mar” e “Quatro Águas” em Tavira, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Passou ao ponto número seis, Proposta n.º 74/2026/CM – Concurso público para concessão do direito de exploração de lojas no Mercado Municipal de Tavira e nos Mercados das Freguesias de Cabanas de Tavira e Luz de Tavira.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava de um concurso público para a concessão das lojas que estavam vagas quer no Mercado Municipal de Tavira, quer nos mercados de Cabanas e Luz de Tavira.-----

--- Porque também a questionavam, pretendia explicar a razão de não constar o Mercado da Ribeira.-----

--- Chamavam Mercado da Ribeira mas não era do mesmo género do Mercado Municipal, até porque tinha sido requalificado e dado outro uso, tendo Regulamento próprio.-----

--- Presentemente estavam a rever o Regulamento porque constava, por exemplo, que determinada loja se destinava a papelaria, outra, a galeria de arte, pelo que ao lançarem concurso tinham que o fazer para aquele uso. Existiam ainda outras alterações. Assim, estavam a rever o Regulamento, tentando apresentá-lo na Assembleia Municipal de junho seguinte, para depois lançarem concurso para as lojas do Mercado da Ribeira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 74/2026/CM – Concurso público para concessão do direito de exploração de lojas no Mercado Municipal de Tavira e nos Mercados das Freguesias de Cabanas de Tavira e Luz de Tavira a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número sete, Proposta n.º 75/2026/CM – Revisão dos Acordos e Autos de Transferência de Recursos – 2026.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham estabelecido novos acordos que tinham sido aprovados na Assembleia Municipal do passado mês de dezembro.**-----

--- Porque naquela altura os presidentes de junta de freguesia a tinham questionado, a revisão em apreço estava relacionada com a atualização do valor dos recursos humanos uma vez que o salário mínimo nacional tinha vindo a sofrer alterações todos os anos, sendo o que refletiam no acordo.-----

--- Também contemplava outra questão que tinha sido colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira que era, nos termos do permitido pela Lei, que a Freguesia ficasse com as competências na área da ocupação de espaço público. Numa das reuniões a Freguesia de Cabanas tinha manifestado aquela vontade, o que não tinham conseguido preparar para aprovação na passada Assembleia Municipal de dezembro, pelo que o Acordo com a Freguesia de Cabanas também continha a retificação e a transferência daquela competência para a Junta de Freguesia.-----

--- Pretendia fazer ali um breve parêntesis para dizer que tinham ficado de negociar os acordos interadministrativos cuja versão já tinha seguido para praticamente todas as juntas de freguesia com a indicação de que tinham que ser aprovados nas respetivas assembleias de freguesia. Alguns presidentes eram novos nos cargos e tinham questionado porque anteriormente tinham procedido ao contrário. Não queria dizer que aquela fosse a metodologia correta mas era importante que em janeiro as juntas de freguesia já recebessem as verbas. Se aguardassem pela aprovação das assembleias de freguesia apenas conseguiriam apresentar os acordos na Assembleia Municipal de fevereiro o que era dizer que as juntas de freguesia apenas receberiam em março. Não dizia que estava errado, mas não era a metodologia mais correta porque a Assembleia Municipal devia de ser a última a aprovar depois da aprovação pelas assembleias de

freguesia porque, naquela altura, algumas já tinham aprovado e outras não, pelo que a aprovação pela Assembleia Municipal tinha ficado condicionada à aprovação pelas assembleias de freguesia.

Disse que todos tinham aprovado e até ao final daquele ano tinha ficado tudo sanado. -----

--- Relativamente ao procedimento atual, tinham seguido o modo correto, sendo que muitas freguesias já tinham respondido, tinham aprovado os acordos interadministrativos nas suas assembleias de freguesia realizadas em abril, sendo certo que para junho iriam receber os valores.

--- Existia ainda um ou outro ponto que tentariam resolver para ter tudo pronto para a Assembleia Municipal a realizar no mês de junho seguinte. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 75/2026/CM – Revisão dos Acordos e Autos de Transferência de Recursos – 2026 a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Soares, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Ana Rita Gonçalves, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, João Mendonça, Muriel Neto, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás, Viriato de Jesus, Hélder Conceição e Carlos Baptista, e três abstenções dos deputados municipais Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos.** -----

--- **O Deputado Municipal João Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira,** cumprimentou todos e disse que apenas se pretendia referir à sua abstenção na votação anterior em dezembro, que tinha gerado alguma polémica. -----

--- Referiu que naquele momento tinham votado favoravelmente por considerarem que com aquela atualização era feita justiça, no entanto, não podiam deixar de dizer que também tinham sido referidas algumas outras atualizações dos valores base que tinha sido um dos pontos que tinham levado à abstenção na votação anterior, que não estava contemplado e deviam de ponderar. -----

--- Considerava que, como já tinha referido, aquela atualização era positiva, no entanto, era um valor para compensar a não disponibilidade de recursos humanos, com pequenos valores que não tinham sido contemplados porque se o Município disponibilizasse recursos humanos também teria que pagar o seguro de acidentes de trabalho. Se a Câmara Municipal não possuísse aqueles recursos humanos teriam que fazer um concurso como as juntas de freguesia tinham tido que fazer, sendo àqueles pequenos valores que se referia, pretendendo deixar ali aquela nota. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pretendia dar um esclarecimento relativamente ao que tinha sido referido. Não se tratava de má vontade da Câmara Municipal, não pretender recrutar pessoas, sendo que a requisição era uma das figuras existentes para os funcionários passarem a exercer funções nas juntas de freguesia e, tinham alguns naquela situação. No



entanto, em bom rigor, aquela figura não existia, tendo terminado no ano de 2008 com a entrada em vigor da Lei do Trabalho em Funções Públicas. Presentemente existia a Mobilidade, sendo que as pessoas poderiam ir em Mobilidade, contudo todos os custos eram das juntas de freguesia, que tinham de pagar, o que era exatamente o mesmo não se ganhando nada. -----

--- Tinham mantido algumas pessoas na situação em que se encontravam, que tinha sido algo complicado, porque as pessoas não podiam trabalhar nas juntas de freguesia porque não eram requisitadas mas, para o Município continuar a pagar os seus custos, elas continuavam a depender de chefes de divisão que era quem os tinha que avaliar, porém, não estavam com elas, pelo que, havendo pessoas que não eram avaliadas, tinham tido que encontrar mecanismos para ultrapassar aquela questão de modo a que ninguém ficasse prejudicado. Tinham utilizado as ponderações curriculares e outros mecanismos. -----

--- Percebia que alguns dos presidentes de junta eram novos no cargo mas o que tinha ficado definido era que não iriam mandar pessoas em mobilidade. As que já estavam, ficariam nas condições que já tinham mas contratar não era uma possibilidade. Relativamente àquelas pessoas considerava que estavam a pagar praticamente tudo, sendo óbvio que existiam sempre custos mas as juntas de freguesia tinham que ter o seu pessoal. Por exemplo, no caso da Luz de Tavira, a Câmara Municipal estava a pagar dois (2) funcionários que podiam fazer outros trabalhos não executando apenas as competências que estavam delegadas pela Câmara Municipal mas muitos dos outros trabalhos das competências próprias da Junta de Freguesia. Assim, considerava que estavam a apoiar largamente as juntas de freguesia sendo o que também devia de ser visto pelos seus presidentes. -----

--- Terminou dizendo que era verdadeiro que os presidentes de junta defendiam as juntas, mas também era verdade que ela defendia todo o concelho não pretendo que alguma junta de freguesia fosse prejudicada. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que pensava que o Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira não tinha explicado bem, exatamente o que estavam a colocar em causa. -----

--- Em primeiro lugar, pretendia saudar a iniciativa do Executivo em proceder à primeira atualização do contrato de delegação de competências para as freguesias. Contudo, queria expressar que aquela medida surgia com quatro (4) meses de atraso, período durante o qual as juntas de freguesia tinham suportado integralmente os encargos financeiros decorrente do aumento do Salário Mínimo Nacional. Ainda assim, reconheciam o mérito daquela revisão, porque, como sabiam perfeitamente, subsistiam contratos que já deviam de ter sido atualizados e não o tinham sido por um motivo ou outro, mas esperavam que tal acontecesse. -----

--- Tratava-se simplesmente dos autos de medição que continham valores que fundamentavam

os contratos, sendo que gostavam de propor a criação de uma equipa de trabalho que, ao longo do presente mandato, realizasse um acompanhamento técnico no terreno e permitisse também aos vereadores e à Presidente da Câmara Municipal obter uma perceção real das necessidades e reivindicações dos presidentes de junta de freguesia. -----

--- Continuou dizendo que não estava a questionar o conhecimento do território por parte da Presidente da Câmara Municipal, mas instituir uma fiscalização preventiva e colaborativa que servisse de base a futuras atualizações. As juntas de freguesia deviam de funcionar como parceiras da Câmara Municipal.-----

--- Considerava que tinha sido bom que o contrato tivesse sido revisto, sendo que esperava, e parecia-lhe, que o Município acolheria as soluções e anseios dos presidentes de junta para as suas respetivas freguesias, conferindo aos futuros acordos a amplitude necessária que permitisse resolver outras circunstâncias das freguesias.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que claramente pretendia intervir, pois importava esclarecer que o Município estava a assegurar os pagamentos desde janeiro. Contudo, constata-se que existiam diversos recursos humanos que ainda não tinham sido contratados pelas juntas de freguesia e que, previsivelmente, apenas iriam iniciar funções dentro de seis (6) meses, apesar de a autarquia estar a financiar aqueles postos de trabalho desde o início do ano, sem terem solicitado qualquer devolução de verbas.-----

--- Não podiam ter apenas uma perspetiva porque sabia perfeitamente que o Município estava a suportar os custos de funcionários que ainda nem sequer tinham sido contratados, o que provavelmente aconteceria apenas em julho ou agosto.-----

--- Considerava que deviam de abordar a questão com seriedade e deixarem de ir para a Assembleia Municipal dizer que estava tudo mal.-----

--- Era perfeitamente compreensível e natural que os presidentes de junta ambicionassem mais recursos, sendo que também ela gostaria de obter do Governo. Recebiam cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00), mas gostava de receber dez (10) ou cinquenta milhões (50.000.000). Adorava dispor de um orçamento idêntico ao do Município de Loulé, algo que ambicionava diariamente, mas não tinha, pelo que não podia realizar tudo, pois como já ali tinha dito, tinham que manter um equilíbrio financeiro.-----

--- Queria ainda lembrar que aqueles acordos tinham resultado de um processo de negociação, que ninguém tinha acordado e pensado que o valor seria de cinco euros (€ 5.00). Os montantes fundamentavam-se num estudo técnico que tinha sido devidamente explicitado nas reuniões. Rejeitava a ideia de que os valores tivessem sido lançados ao acaso, pois assentavam em análises e estudos que tinham vindo a desenvolver, que não eram realizados por ela mas, sobretudo pelos

chefes de divisão e diretores de departamento, não sendo propriamente algo que dependesse dela ou dos vereadores.-----

--- Reiterou o que já tinha referido, que a aceitação não era obrigatória sendo que quem não pretendesse assinar não tinha de o fazer, cabendo à Câmara Municipal encontrar formas alternativas de assegurar a execução dos trabalhos no território da respetiva freguesia.-----

--- Disse que, com os Contratos Interadministrativos o princípio é exatamente o mesmo, sendo que um acordo implicava a aceitação pelas partes se considerassem que era melhor, pois se assim não o considerassem, não tinham que aceitar.-----

--- Relembrou que o próprio Município também tinha assumido delegações de competências nas áreas da Educação, da Saúde e da Ação Social ali estando para avaliar e transmitir ao Governo se necessitavam de mais verbas ou quais os prejuízos financeiros que estamos a registar. Como deviam de calcular, ninguém estava a receber verbas em excesso, pelo contrário.-----

--- Disse que para exemplificar, bastava verem a qualidade dos cais que tinha recebido, todos a carecerem de intervenção. No entanto, em 2023, aquando da transferência dos valores da Docapesca, esta tinha recebido o valor anual para todas as concessões que tinham quando, provavelmente, apenas teriam que receber seis (6) meses porque os restantes já pertenciam à Câmara Municipal que já tinha a competência. Referiu ainda que aquela era uma postura que não adotavam.-----

--- Pensava que por vezes existia a perceção de que, por estar sob a gestão da Câmara Municipal, veriam se podiam não pagar, solicitar o pagamento em prestações ou se a Câmara Municipal reduzia os valores a cobrar. Tal não é viável pois se tinham assumido as competências, continuariam a ter custos para manter e, portanto, as pessoas tinham de continuar a liquidar os valores que anteriormente pagavam à Docapesca, não sendo por ser da competência da Câmara Municipal que passavam a ser gratuitas.-----

--- Pretendia dar aquela nota porque as competências exigiam análises rigorosas de custos, sendo por aquele motivo que desde sempre existia uma equipa nomeada, com técnicos da Câmara Municipal, a acompanhar os acordos de delegação de competências.-----

--- Referiu que, pelas palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, poderia parecer que não existia acompanhamento ou verificação das situações, o que considerou não corresponder à realidade. Salientou que estavam em causa dinheiros públicos e que, caso não se comprovasse maior eficácia e eficiência na execução por parte da freguesia, deveria ser ponderada a cessação dos contratos, defendendo a necessidade de assegurar melhores resultados, maior eficiência e redução de custos ou, em última instância, uma prestação de serviços que efetivamente beneficiasse as populações. Acrescentou que não se encontravam

naquele órgão apenas para transferir verbas, nomeadamente para financiamento de festividades, conforme havia sido referido por um Senhor Deputado Municipal, mas antes para garantir uma gestão responsável dos recursos públicos. Aproveitou, ainda, para esclarecer o Senhor Deputado Municipal que havia manifestado surpresa pelo facto de desconhecer o custo da atuação dos Calema, informando que a adjudicação havia sido efetuada pelo montante de quarenta e sete mil euros (€47.000,00). Referiu, por fim, que, no contexto nacional, existem cachets significativamente superiores. -----

--- Aquele tinha sido apenas um pequeno parêntese, mas regressando aos acordos com as juntas de freguesia, reiterou que não considerava que as juntas fossem prejudicadas, contudo se assim se sentissem bastava manifestarem que não pretendia formalizar o Acordo. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se à Assembleia disse que aquele ponto tinha sido tratado ao contrário.-----

--- Tinha entendido a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira como uma declaração de voto, e bem, tendo-se justificado porque tinha votado de forma diferente, favoravelmente. Não tinha de o fazer, mas tinha esclarecido porque se tinha absterido na última vez que aquele assunto tinha sido votado na Assembleia Municipal. -----

--- Considerava que o ponto estava encerrado pelo que não iria haver mais intervenções sobre o assunto.-----

--- Pediu que não houvesse diálogo e reiterou que não haveria mais intervenções porque o ponto devia de ter sido tratado no período antes da Ordem do Dia, sendo que iria proceder à leitura da ata em minuta para colocar a votação.-----

--- Disse que quem dirigia os trabalhos da Assembleia Municipal era ele.-----

--- Não sendo propriamente uma intervenção, queria fazer um aparte, porque se achava no direito de dar a sua opinião, que se achava no direito, sobre toda aquela conversa. -----

--- Se a sua mãe perguntasse quanto tinham custado os Calema, a Presidente da Câmara Municipal respondia-lhe, o que considerava bem, porque ela não sabia ler nem usar redes sociais. No entanto, as pessoas que diariamente estavam nas redes sociais, que sabiam dos compromissos da Presidente da Câmara Municipal, dos contratos que o Município formalizava, considerava que expressarem determinada opinião, cujos assuntos certamente já tinham pesquisado porque sabia que as pessoas faziam todo o tipo de pesquisas, era desnecessário.-----

--- Aquela era a sua opinião e pensava não estar ali a prejudicar ou ofender ninguém. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse que para a defesa da honra tinha o direito de usar da palavra. Era um direito regimental que



tinha, não sendo o Presidente da Assembleia Municipal a definir se podia ou não usar aquela figura. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que o Deputado Municipal Artur Gomes podia utilizar a figura, mas pensava que ele não era a figura da defesa da honra que pretendia usar. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** referiu que pretendia utilizar a figura da defesa da honra, exatamente pelo ataque que a Presidente da Câmara Municipal tinha decidido fazer contra um Membro da sua Bancada. Cumpria-lhe esclarecer, com total transparência, que a sua Bancada tinha deliberado naquele mesmo dia não submeter o assunto à Assembleia Municipal, precisamente para evitar discussões desnecessárias. Contudo, tal debate tinha acabado por ser provocado pela Presidente da Câmara Municipal naquele período tardio. -----

--- Não tinha sido ele nem o Deputado Municipal Viriato Jesus mas a Presidente da Câmara Municipal que, com demonstrada arrogância e soberba, tinha levantado a questão, pelo que considerava que tinha todo o direito em utilizar a figura da defesa da honra para o efeito. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao Deputado Municipal Artur Gomes disse que tinha entendido que a Presidente da Câmara Municipal não tinha tentado interferir na honra de ninguém mas apenas informado o que lhe tinha sido questionado na Assembleia Municipal anterior. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que o Deputado Municipal Artur Gomes não necessitava exigir nem se tornar arrogante para pedir a palavra no âmbito dos artigos 47.º ou 48.º do Regimento. -----

--- A sua bancada não tinha assistido a rigorosamente nenhuma falta de respeito ou ataques pessoais, sendo que a última intervenção tinha sido de real aproveitamento político e até com alguma desonestidade e deselegância. A Presidente da Câmara Municipal estava para esclarecer, sendo aquela a razão por que estava ali o poder Executivo. -----

--- Dirigindo-se à Bancada do PSD disse que sabia que as feromonas, os nervos, a irritação que tinham era elevada, mas deviam de se acalmar porque era bom ver o Concelho a progredir, ouvir os Calema como já tinha dito, pois possivelmente apenas os ricos de Lisboa teriam acesso a isso, sendo ao que se chamava democratização, mas não pretendia alargar o debate. -----

--- **Pelas zero horas e cinco minutos**, abandonaram a Assembleia os deputados municipais: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carlos Filipe Martins de Carvalho, Elsa Maria Cruz Ribeiro, Muriel Cristina Dias Neto, Rui Manuel Rocha Horta, Sónia Margarida Correia Tomás e Viriato Luís Santana de Jesus. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da ata em minuta, que se encontra-se em anexo à presente ata como documento número sete (7) tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. -----

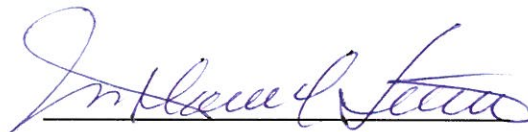
--- Agradeceu ao público que estava a acompanhar a Assembleia Municipal, sendo que tinha havido alturas em que tinham estado trezentas (300) pessoas a assistir via redes sociais. -----

--- Agradeceu aos funcionários da Biblioteca, ao secretariado de apoio, técnicos de informática, som e imagem. -----

--- Disse que pretendia agradecer aos deputados municipais que se tinham mantido presentes porque até há cerca de vinte (20) minutos a Assembleia Municipal tinha decorrido da melhor forma possível, com dignidade, no entanto, naquele momento pensava que algo tinha acontecido que não tinha corrido tão bem. -----

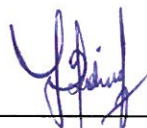
--- Deu por encerrada a sessão pelas zero horas e nove minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

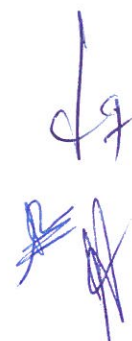
Os Secretários,



(José Vitorino Rodrigues Pereira)



(Maria Manuela Gonçalves Romão)


Votantes da Ata da sessão ordinária de 25/02/2026

	Nomes	Formação partidária	Presenças
1	Ana Rita Gonçalves Pacheco	PSD	
2	Anaísa Pera Gonçalves	CHEGA	
3	Arménio Manuel Horta Viegas	PS	
4	Carlos Filipe Martins de Carvalho	PSD	
5	Carlos Filipe Pacheco Soares	PS	
6	Carlos Manuel do Livramento Baptista	C.R.	
7	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
8	David Martins	PS	
9	Emilia Domingos Justo	CHEGA	
10	Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos	CHEGA	
11	Helder dos Mártires Palma da Conceição	MOVE +	
12	João Miguel Viegas de Mendonça	PSD	
13	José Epifânio Martins da Graça	PS	
14	José Manuel Madeira Guerreiro	PS	
15	José Vitorino Rodrigues Pereira	PS	
16	Jovita de Fátima Romano Ladeira	PS	
17	Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
18	Muriel Cristina Dias Neto	PSD	
19	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
20	Nuno Leonel Gonçalves Mateus	PS	
21	Patricia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima	PS	
22	Rafael Ribeiro Dias	PSD	
23	Rui Manuel Rocha Horta	PSD	
24	Sérgio Manuel Gonçalves Pereira	PS	
25	Sofia Isabel Costa Gomes	PS	
26	Viriato Luís Santana de Jesus	PSD	



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de congratulação à equipa de juniores femininos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense

O Clube Recreio e Desporto Santaluziense conquistou, no passado dia 8 de março de 2026, em Portimão, a Supertaça do Algarve de Futsal Juniores Femininos, ao vencer a equipa da UD Castromarinense por 6-3, alcançando um feito de elevado mérito que dignifica a Vila de Santa Luzia e o concelho de Tavira.

Esta conquista resulta do empenho, da dedicação e do espírito competitivo demonstrados pelas atletas, pela equipa técnica e pelos dirigentes do clube, refletindo um percurso exemplar e um forte compromisso com o desenvolvimento do desporto feminino, bem como o trabalho consistente desenvolvido ao longo da época desportiva.

O sucesso alcançado evidencia igualmente o crescimento e a afirmação do futsal feminino no concelho, constituindo um importante contributo para a promoção da igualdade de oportunidades no desporto e para o incentivo à participação das jovens atletas em práticas desportivas.

É, ainda, de destacar o apoio contínuo dos familiares, adeptos e da comunidade santaluziense, cujo entusiasmo e incentivo têm sido determinantes para o sucesso da equipa, reforçando o papel do associativismo desportivo na coesão social e no fortalecimento da identidade local.

Reconhece-se também o contributo da Câmara Municipal de Tavira, cujo apoio tem sido fundamental para a promoção do desporto e para a criação das condições necessárias ao desenvolvimento das diversas modalidades.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 22 de abril de 2026, delibera:

- Congratular a equipa de Juniores Femininos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense pela conquista da Supertaça do Algarve de Futsal;
- Felicitar as atletas, equipa técnica, dirigentes, familiares e adeptos por este notável êxito coletivo;
- Destacar o contributo desta vitória para a valorização do desporto feminino no concelho de Tavira;
- Remeter cópia da presente deliberação à Direção do clube, à Câmara Municipal de Tavira, à Associação de Futebol do Algarve e aos órgãos de comunicação social, procedendo à sua divulgação nos canais oficiais do Município.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de congratulação ao Sonâmbulos FLA

Os Sonâmbulos marcaram de forma histórica o futsal algarvio ao conquistarem a sua 5.ª Taça do Algarve, tornando-se o primeiro clube da Associação de Futebol do Algarve a alcançar este feito.

Com este resultado, o clube alcança a denominada “Penta Taça”, reunindo os títulos das épocas 2002/2003, 2010/2011, 2015/2016, 2018/2019 e 2025/2026, simbolizando mais de duas décadas de excelência desportiva e o contributo de várias gerações de atletas, equipas técnicas e dirigentes.

Esta conquista representa um marco de elevado relevo desportivo, refletindo o trabalho consistente desenvolvido pelo clube e projetando o nome de Luz de Tavira e do concelho de Tavira no panorama do futsal regional, nacional e associativo.

O percurso dos Sonâmbulos é exemplo de dedicação, continuidade e espírito coletivo, traduzindo valores que enobrecem o desporto e constituem motivo de orgulho para o concelho. O sucesso alcançado reflete igualmente o empenho de atletas, treinadores, dirigentes, associados e da comunidade, bem como o contributo da Câmara Municipal de Tavira no apoio ao desenvolvimento da prática desportiva.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária no dia 22 de abril de 2026, delibera:



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

1. Aprovar um Voto de Congratulação aos Sonâmbulos pela conquista da 5.ª Taça do Algarve, felicitando o clube, os atletas, a equipa técnica, os dirigentes e todos quantos contribuíram para este feito histórico;
2. Dar conhecimento da presente deliberação à Direção do clube Sonâmbulos FLA, à Câmara Municipal de Tavira, à Associação de Futebol do Algarve e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação nos canais institucionais do Município.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

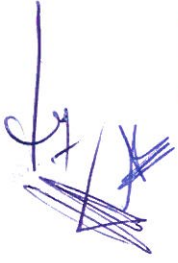
MOÇÃO SOBRE A REABILITAÇÃO E REABERTURA DA EN2 ENTRE BARRANCO DO VELHO E SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Foi com profunda preocupação que tomámos conhecimento do prolongado encerramento da Estrada Nacional 2 (EN2), no troço entre Barranco do Velho e São Brás de Alportel, situação que afeta diretamente as populações da freguesia de Cachopo e do concelho de Tavira, agravando de forma significativa o seu isolamento e as dificuldades do quotidiano.

Esta preocupação é igualmente refletida na petição pública “Pelo Direito à Mobilidade: Reabilitação e Reabertura Urgente da EN2 (Barranco do Velho – São Brás de Alportel)”, promovida por cidadãos, muitos deles residentes em Cachopo e no interior do concelho de Tavira, que alertam para as graves consequências desta interrupção e exigem uma resposta célere por parte das entidades competentes.

A EN2 assume um papel estruturante na rede viária do Algarve, sendo particularmente relevante para as populações da Serra do Caldeirão. Trata-se de uma via essencial à mobilidade diária, ao acesso a serviços básicos, à resposta em situações de emergência e à ligação das comunidades de Cachopo ao restante território.

O encerramento deste troço constitui, assim, um grave fator de isolamento das populações, com impactos diretos no acesso a cuidados de saúde, na eficácia dos meios de socorro, no combate a incêndios florestais, na dinâmica económica local e, de forma geral, na qualidade de vida de quem vive e trabalha no interior do concelho de Tavira.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Acresce que esta situação agrava as assimetrias territoriais já existentes, penalizando um território particularmente vulnerável aos fenómenos de desertificação, envelhecimento populacional e défice de acessibilidades, comprometendo igualmente a sua atratividade económica e turística, nomeadamente na Serra do Caldeirão.

Neste contexto, considera-se imprescindível que as entidades competentes, designadamente a Infraestruturas de Portugal e o Governo, assegurem uma intervenção célere, transparente e eficaz que permita a reabilitação e reabertura deste importante eixo rodoviário.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 22 de abril de 2026, delibera:

- Expressar a sua profunda preocupação com a situação do troço da EN2 entre Barranco do Velho e São Brás de Alportel;
- Manifestar o seu apoio às populações de Cachopo e do interior do concelho de Tavira;
- Reforçar o apelo à rápida reabilitação e reabertura do referido troço;
- Dar conhecimento desta posição ao Governo, ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, à Infraestruturas de Portugal, aos Deputados eleitos pelo círculo do Algarve e aos Municípios da região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Ferro

O concelho de Tavira perdeu uma das suas relevantes figuras do movimento associativo e do mutualismo, com o falecimento de Ana Maria Ferro, antiga Presidente do Monte-pio Artístico Tavirense.

Dirigente dedicada e profundamente comprometida com os valores da solidariedade, da entreatajuda e do associativismo, Ana Maria Ferro marcou de forma indelével a história recente desta instituição secular, fundada em 1857. Assumiu a presidência em 2006, num período particularmente exigente, tendo liderado um processo de recuperação, modernização e dinamização que devolveu vitalidade e relevância ao Monte-pio Artístico Tavirense.

Sob a sua orientação, foram concretizadas profundas melhorias nas infraestruturas e alargadas as respostas sociais e de saúde, nomeadamente através da valorização da farmácia, da criação de gabinetes de apoio médico e do desenvolvimento de projetos inovadores, como o “Espaço Mútuo”, vocacionado para o apoio à população sénior, promovendo o envelhecimento ativo, a proximidade e o combate ao isolamento.

O seu trabalho permitiu afirmar o Monte-pio Artístico Tavirense como uma referência regional no setor mutualista, distinguindo-se pela qualidade dos serviços prestados à comunidade. Pelo seu mérito e dedicação exemplar, foi distinguida com o Prémio Mutualismo e Solidaridade 2013, atribuído pela União das Mutualidades Portuguesas, sendo a primeira mulher a receber tal reconhecimento.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Mulher de convicções firmes, de grande sentido humano e espírito de missão, pautou a sua ação pela promoção do bem comum, deixando um legado duradouro no concelho de Tavira e no movimento mutualista nacional.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 22 de abril de 2026, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Maria Ferro, reconhecendo o seu notável contributo para o associativismo, o mutualismo e a comunidade tavirense;
2. Endereçar à família enlutada, bem como aos amigos, dirigentes, colaboradores e associados do Monte-pio Artístico Tavirense, as mais sentidas condolências;
3. Remeter cópia da presente deliberação à Direção do Monte-pio Artístico Tavirense, à Câmara Municipal de Tavira e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Recomendação

Assunto: Pela transparência administrativa e pela transmissão em direto das reuniões da Câmara Municipal de Tavira

A Assembleia Municipal de Tavira, no exercício das suas competências de acompanhamento da atividade municipal e de promoção de uma administração local transparente, participada e próxima dos cidadãos, reconhece a importância crescente do acesso público à informação e do reforço da confiança entre os órgãos autárquicos e a população.

Neste quadro, a bancada municipal do Partido CHEGA, considera que a divulgação em direto das reuniões da Câmara Municipal constitui um instrumento relevante de modernização administrativa, de valorização da transparência decisória e de aprofundamento do escrutínio democrático, permitindo aos munícipes acompanhar, em tempo real, os debates, as deliberações e os fundamentos subjacentes às decisões tomadas pelo órgão executivo.

Assim, vimos recomendar a Vossa Exa. que considere iniciar o procedimento formal de recomendação à Câmara Municipal para a implementação da transmissão em direto das suas reuniões públicas, à semelhança do que já sucede com as sessões da Assembleia Municipal de Tavira, assegurando as condições técnicas, organizativas e jurídicas necessárias à sua regular regularização e continuidade.

Mais se recomenda que esta medida seja acompanhada de uma adequada divulgação pública, garantindo que o acesso aos conteúdos transmitidos seja simples, universal e devidamente arquivado para consulta posterior, em benefício da transparência, da memória institucional e da participação cívica.

Tavira, 22 de abril de 2026

Os deputados municipais do Partido CHEGA,
Gonçalo Santos, Emília Justo e Anaísa Gonçalves.